

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	5
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	6
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	7
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	8
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	9
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	10
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	11
---------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	12
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	14
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	15
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	16
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	17
--------------------------	----

Notas Explicativas	31
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	97
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	252.543
Preferenciais	342.704
Total	595.247
Em Tesouraria	
Ordinárias	1.323
Preferenciais	7.935
Total	9.258

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	1.225.102	824.892
1.01	Ativo Circulante	6.474	13
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	264	13
1.01.02	Aplicações Financeiras	5.924	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	286	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.218.628	824.879
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	324.557	2
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	324.557	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	0	2
1.02.02	Investimentos	834.621	765.427
1.02.04	Intangível	59.450	59.450

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	1.225.102	824.892
2.01	Passivo Circulante	2.626	92
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	215	0
2.01.02	Fornecedores	2.137	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	274	92
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	274	92
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	199	84
2.01.03.01.02	Outros Tributos Federais	75	8
2.02	Passivo Não Circulante	0	8.624
2.02.02	Outras Obrigações	0	8.624
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	8.624
2.03	Patrimônio Líquido	1.222.476	816.176
2.03.01	Capital Social Realizado	1.232.361	873.831
2.03.01.01	Capital Social Subscrito	0	873.831
2.03.02	Reservas de Capital	-3.764	-6.881
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-24.112	-24.740
2.03.02.07	Reserva de Capital	20.348	17.859
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-6.121	-50.774

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	18.153	42.156	-10.294	-17.524
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.744	-5.572	-499	-1.520
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	22.897	47.728	-9.795	-16.004
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	18.153	42.156	-10.294	-17.524
3.06	Resultado Financeiro	2.698	2.696	-2	-3
3.06.01	Receitas Financeiras	2.736	2.736	0	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-38	-40	-2	-3
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	20.851	44.852	-10.296	-17.527
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-199	-199	0	0
3.08.01	Corrente	-199	-199	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	20.652	44.653	-10.296	-17.527
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	20.652	44.653	-10.296	-17.527
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,05488	0,11865	-0,04398	-0,07485
3.99.01.02	PN	0,04957	0,10717	-0,04998	-0,08505

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-2.868	-1.119
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-4.919	-1.523
6.01.01.01	Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	44.852	-17.527
6.01.01.02	Rendimento de Aplicações Financeiras	-2.736	0
6.01.01.03	Outorga de Opções de Ações	693	0
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	-47.728	16.004
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.434	404
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Tributos a Recuperar	-102	0
6.01.02.02	(Aumento) Redução em Adiantamento a Fornecedores	0	45
6.01.02.03	(Aumento) Redução nos Demais Ativos	2	0
6.01.02.04	(Redução) Aumento em Fornecedores	2.137	-29
6.01.02.05	(Redução) Aumento em Obrigações Sociais e Trabalhistas	215	377
6.01.02.06	(Redução) Aumento em Obrigações Fiscais	182	11
6.01.03	Outros	-383	0
6.01.03.01	Impostos de Renda e Contribuição Social Pagos	-383	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-351.446	0
6.02.01	Resgate (Aplicação) de Títulos e Valores Mobiliários	-3.188	0
6.02.02	Aumento de Capital em Controlada	-324.557	0
6.02.03	Transferência de Ações em Tesouraria e Plano de Opções de Controlada	-23.701	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	354.565	1.067
6.03.01	Ações em Tesouraria	4.659	0
6.03.02	Aumento de Capital dos Sócios	358.530	0
6.03.03	Movimentação de Mútuo com Controlada	-8.624	1.067
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	251	-52
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	13	53
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	264	1

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	873.831	-6.881	0	-50.774	0	816.176
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	873.831	-6.881	0	-50.774	0	816.176
5.04	Transações de Capital com os Sócios	358.530	3.117	0	0	0	361.647
5.04.01	Aumentos de Capital	358.530	0	0	0	0	358.530
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	3.162	0	0	0	3.162
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-4.704	0	0	0	-4.704
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	5.332	0	0	0	5.332
5.04.08	Perda na Venda de Ações em Tesouraria	0	-111	0	0	0	-111
5.04.09	Opção de Ações em Tesouraria	0	-562	0	0	0	-562
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	44.653	0	44.653
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	44.653	0	44.653
5.07	Saldos Finais	1.232.361	-3.764	0	-6.121	0	1.222.476

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	821.020	-6.474	0	-21.151	0	793.395
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	821.020	-6.474	0	-21.151	0	793.395
5.04	Transações de Capital com os Sócios	52.811	-1.612	0	0	0	51.199
5.04.01	Aumentos de Capital	52.811	0	0	0	0	52.811
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	2.551	0	0	0	2.551
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-4.163	0	0	0	-4.163
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-17.526	0	-17.526
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-17.527	0	-17.527
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	1	0	1
5.05.02.06	Outros	0	0	0	1	0	1
5.07	Saldos Finais	873.831	-8.086	0	-38.677	0	827.068

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.408	-408
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.408	-408
7.03	Valor Adicionado Bruto	-1.408	-408
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-1.408	-408
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	50.464	-16.004
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	47.728	-16.004
7.06.02	Receitas Financeiras	2.736	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	49.056	-16.412
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	49.056	-16.412
7.08.01	Pessoal	3.990	1.029
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.962	967
7.08.01.03	F.G.T.S.	28	62
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	373	83
7.08.02.01	Federais	199	0
7.08.02.02	Estaduais	7	0
7.08.02.03	Municipais	167	83
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	40	3
7.08.03.01	Juros	40	3
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	44.653	-17.527
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	44.653	-17.527

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	1.476.510	1.094.786
1.01	Ativo Circulante	544.627	200.922
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	39.511	26.168
1.01.02	Aplicações Financeiras	236.581	0
1.01.03	Contas a Receber	192.992	124.451
1.01.04	Estoques	15.145	18.922
1.01.06	Tributos a Recuperar	18.939	15.217
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	41.459	16.164
1.01.08.03	Outros	41.459	16.164
1.01.08.03.01	Adiantamentos a Fornecedores	5.872	8.353
1.01.08.03.02	Valor a Receber pela Venda de Ativo Não Circulante	23.500	0
1.01.08.03.03	Demais Contas a Receber	12.087	7.811
1.02	Ativo Não Circulante	931.883	893.864
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	76.524	71.744
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	17.102	7.435
1.02.01.03	Contas a Receber	20.918	22.844
1.02.01.06	Tributos Diferidos	9.968	10.513
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	28.536	30.952
1.02.01.09.03	Tributos a Recuperar	4.128	4.693
1.02.01.09.04	Depositos Judiciais	8.740	8.880
1.02.01.09.05	Adiantamentos a Fornecedores	12.001	13.395
1.02.01.09.06	Demais Contas a Receber	3.667	3.984
1.02.02	Investimentos	1.600	1.600
1.02.03	Imobilizado	220.454	223.366
1.02.04	Intangível	633.305	597.154

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	1.476.510	1.094.786
2.01	Passivo Circulante	136.956	133.768
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	57.371	39.891
2.01.02	Fornecedores	22.045	24.653
2.01.03	Obrigações Fiscais	16.812	11.097
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	7.695	3.691
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	4.656	1.775
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	3.039	1.916
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1	2
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	9.116	7.404
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	7.516	34.046
2.01.05	Outras Obrigações	33.212	24.081
2.01.05.02	Outros	33.212	24.081
2.01.05.02.06	Adiantamento de Clientes	8.309	6.089
2.01.05.02.07	Impostos e Contribuições Parcelados	8.080	7.090
2.01.05.02.08	Contas a Pagar - Aquisições	9.540	4.154
2.01.05.02.09	Demais Contas a Pagar	7.283	6.748
2.02	Passivo Não Circulante	117.078	144.842
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	8.478	57.225
2.02.02	Outras Obrigações	105.486	86.000
2.02.02.02	Outros	105.486	86.000
2.02.02.02.03	Provisão para Perdas Tributárias, Trabalhistas e Cíveis	40.580	30.441
2.02.02.02.04	Impostos e Contribuições Parcelados	43.562	45.308
2.02.02.02.05	Contas a Pagar - Aquisições	15.634	6.496
2.02.02.02.06	Demais Contas a Pagar	5.710	3.755
2.02.03	Tributos Diferidos	3.114	1.617
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.222.476	816.176
2.03.01	Capital Social Realizado	1.232.361	873.831
2.03.01.01	Capital Social Subscrito	0	873.831
2.03.02	Reservas de Capital	-3.764	-6.881
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-24.112	-24.740
2.03.02.07	Reserva de Capital	20.348	17.859
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-6.121	-50.774

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	180.029	537.358	153.569	450.603
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-119.552	-354.692	-115.819	-316.179
3.03	Resultado Bruto	60.477	182.666	37.750	134.424
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-47.742	-139.338	-48.568	-152.687
3.04.01	Despesas com Vendas	-17.964	-49.671	-17.518	-56.708
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-34.325	-90.893	-30.191	-93.053
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	40.766	40.766	0	3.489
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-36.219	-39.540	-859	-6.415
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	12.735	43.328	-10.818	-18.263
3.06	Resultado Financeiro	8.846	6.070	2.677	7.717
3.06.01	Receitas Financeiras	12.930	21.373	7.345	21.401
3.06.02	Despesas Financeiras	-4.084	-15.303	-4.668	-13.684
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	21.581	49.398	-8.141	-10.546
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-929	-4.745	-2.153	-6.973
3.08.01	Corrente	-482	-2.703	-2.414	-6.147
3.08.02	Diferido	-447	-2.042	261	-826
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	20.652	44.653	-10.294	-17.519
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	20.652	44.653	-10.294	-17.519
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	20.652	44.653	-10.292	-17.511
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	0	-2	-8
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,05487	0,11865	-0,04398	-0,07485
3.99.01.02	PN	0,04957	0,10717	-0,04998	-0,08505

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	24.001	-37.409
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	101.679	38.125
6.01.01.01	Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	49.157	-10.546
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	31.164	23.414
6.01.01.03	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	22.311	22.846
6.01.01.04	Provisão para Perdas Tributárias, Trabalhistas e Cíveis	-1.220	3.265
6.01.01.05	Provisão para Perdas dos Estoques	-1.306	-654
6.01.01.06	Encargos Financeiros de Empréstimos e Financiamentos	6.519	2.329
6.01.01.07	Encargos Financeiros de Aquisições	1.004	943
6.01.01.08	Rendimento de Aplicações Financeiras	-7.596	-8.848
6.01.01.09	Outorga de Opções de Ações	3.162	2.551
6.01.01.10	Perda de Investimento na Venda de Controlada	3.031	2.390
6.01.01.11	Ganho na Venda do Imóvel	-9.605	0
6.01.01.12	Perdas e Outras Baixas de Ativos Não Circulantes	5.058	435
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-69.856	-70.184
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Contas a Receber	-88.367	-49.347
6.01.02.02	(Aumento) Redução nos Estoques	5.083	4.019
6.01.02.03	(Aumento) Redução em Adiantamentos a Fornecedores	3.876	-6.405
6.01.02.04	(Aumento) Redução em Tributos a Recuperar	-2.634	-8.363
6.01.02.05	(Aumento) Redução em Depósitos Judiciais	116	-4.323
6.01.02.06	(Aumento) Redução nos Demais Ativos	-4.103	2.138
6.01.02.07	(Redução) Aumento em Fornecedores	-4.174	4.486
6.01.02.09	(Redução) Aumento em Obrigações Sociais e Trabalhistas	14.407	-1.848
6.01.02.10	(Redução) Aumento em Obrigações Fiscais	2.015	2.512
6.01.02.11	(Redução) Aumento em Adiantamento de Clientes	2.220	-8.100
6.01.02.12	(Redução) Aumento em Impostos e Contribuições Parcelados	-933	-1.916
6.01.02.13	(Redução) Aumento nos Demais Passivos	2.638	-3.037
6.01.03	Outros	-7.822	-5.350
6.01.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-590	-2.660
6.01.03.02	Juros de Empréstimos Pagos	-7.232	-2.690
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-291.565	188.493
6.02.01	Resgate (Aplicação) de Títulos e Valores Mobiliários	-238.652	385.726
6.02.02	Adições de Imobilizado	-25.025	-25.572
6.02.03	Adições de Intangível	-7.846	-3.767
6.02.04	Aquisições de Novas Faculdades, líquida dos caixas adquiridos	-22.690	-169.394
6.02.05	Recebimento pela Venda de Controlada	0	1.500
6.02.06	Pagamento de Passivo Tributário de Adquirida	-12.374	0
6.02.07	Recebido pela Venda de Imóvel Líquido das Despesas de Venda	15.022	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	280.907	-144.085
6.03.01	Ações em Tesouraria	-45	-4.163
6.03.02	Aumento de Capital dos Sócios Líquido dos Custos	358.530	0
6.03.03	Contratação de Empréstimos e Financiamentos	43.513	5.751
6.03.04	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	-121.091	-145.558

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.03.05	Movimentação de Mútuos	0	-115
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	13.343	6.999
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	26.168	17.264
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	39.511	24.263

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	873.831	-6.881	0	-50.774	0	816.176	0	816.176
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	873.831	-6.881	0	-50.774	0	816.176	0	816.176
5.04	Transações de Capital com os Sócios	358.530	3.117	0	0	0	361.647	0	361.647
5.04.01	Aumentos de Capital	358.530	0	0	0	0	358.530	0	358.530
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	3.162	0	0	0	3.162	0	3.162
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-4.704	0	0	0	-4.704	0	-4.704
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	5.332	0	0	0	5.332	0	5.332
5.04.08	Perda na Venda de Ações em Tesouraria	0	-111	0	0	0	-111	0	-111
5.04.09	Opção de Ações em Tesouraria	0	-562	0	0	0	-562	0	-562
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	44.653	0	44.653	0	44.653
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	44.653	0	44.653	0	44.653
5.07	Saldos Finais	1.232.361	-3.764	0	-6.121	0	1.222.476	0	1.222.476

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	821.020	-6.474	0	-21.151	0	793.395	23	793.418
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	821.020	-6.474	0	-21.151	0	793.395	23	793.418
5.04	Transações de Capital com os Sócios	52.811	-1.612	0	0	0	51.199	0	51.199
5.04.01	Aumentos de Capital	52.811	0	0	0	0	52.811	0	52.811
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	2.551	0	0	0	2.551	0	2.551
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-4.163	0	0	0	-4.163	0	-4.163
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-17.526	0	-17.526	-8	-17.534
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-17.527	0	-17.527	-8	-17.535
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	1	0	1	0	1
5.05.02.06	Outros	0	0	0	1	0	1	0	0
5.07	Saldos Finais	873.831	-8.086	0	-38.677	0	827.068	15	827.083

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	515.048	427.757
7.01.02	Outras Receitas	537.358	450.603
7.01.02.01	Receita Educação Básica	112.951	100.937
7.01.02.02	Receita Ensino Superior	424.407	349.666
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-22.310	-22.846
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-119.725	-134.190
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-62.765	-65.644
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-56.960	-68.546
7.03	Valor Adicionado Bruto	395.323	293.567
7.04	Retenções	-31.164	-23.416
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-31.164	-23.416
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	364.159	270.151
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	21.373	21.401
7.06.02	Receitas Financeiras	21.373	21.401
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	385.532	291.552
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	385.532	291.552
7.08.01	Pessoal	267.851	240.188
7.08.01.01	Remuneração Direta	238.267	216.270
7.08.01.02	Benefícios	10.902	6.974
7.08.01.03	F.G.T.S.	18.682	16.944
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	8.955	10.069
7.08.02.01	Federais	4.745	6.938
7.08.02.03	Municipais	4.210	3.131
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	64.073	58.822
7.08.03.01	Juros	15.303	13.684
7.08.03.02	Aluguéis	43.826	40.422
7.08.03.03	Outras	4.944	4.716
7.08.03.03.01	Direitos Autorais	4.944	4.716
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	44.653	-17.527
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	44.653	-17.519
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	0	-8

Comentário do Desempenho

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Ultrapassamos a barreira dos 100 mil alunos de Ensino Superior! Essa importante marca demonstra o crescimento da Kroton, que há apenas 2 anos atrás contava com pouco mais de 40 mil alunos.

O crescimento de alunos vem acompanhado de um progresso significativo e sustentável em todos os indicadores financeiros. Quando analisamos os resultados acumulados nos nove meses do ano de 2011 em comparação com o mesmo período de 2010 fica evidente a evolução dos resultados da Companhia, com destaque para o EBITDA, que aumentou 57% e o Lucro Líquido, que apresentou crescimento de 170%.

Essa melhora pode ser confirmada no 3T11 (pro forma), pois todos os principais indicadores financeiros também evoluíram substancialmente, quando verificamos os seguintes aumentos comparados com o mesmo período do ano anterior: na Receita Líquida de 13%, no Lucro Bruto de 15%, no EBITDA de 28% e no Lucro Líquido de 167%. São números relevantes e que demonstram, de forma inequívoca, um novo patamar de desempenho para a Companhia.

Alguns outros indicadores operacionais ratificam a solidez da nova Kroton. Em 2011, foram realizadas três aquisições, estando duas delas totalmente integradas. O resultado operacional dessas instituições integradas no 3T11 foi de 19,4%, nível praticamente equivalente ao das demais Unidades da Kroton, ratificando o *know how* da Companhia em processos de integração eficientes, com entrega de resultados no curto prazo.

Também no 3T11 atingimos a marca dos 18 mil alunos de FIES, o que representa mais de 20% de nossa base de alunos de graduação e coloca a Kroton em posição de destaque em financiamento estudantil no país.

A Educação a Distância (EAD) passa a ser prioridade para a Companhia que está investindo na criação de uma rede de polos bastante capilar, utilizando as sinergias com a Educação Básica, convertendo Escolas Associadas em polos de EAD.

E todas essas entregas financeiras vieram acompanhadas de um substancial incremento na qualidade de ensino e nos indicadores regulatórios. 99% dos cursos avaliados pelo Ministério da Educação (MEC) receberam conceitos satisfatórios/excelentes e 97% das Instituições da Kroton avaliadas pelo MEC receberam conceito satisfatório/excelente. São marcas expressivas e que atestam que o crescimento de margens vem acompanhado de um sólido projeto acadêmico, que permite a continuidade de geração de valor no longo prazo.

Essas entregas vieram sustentadas por uma relação bastante transparente com o mercado de capitais. No trimestre passado, incluímos uma série de informações nas demonstrações de resultados e todas elas, sempre que aplicável, foram mantidas e/ou entendidas. Além disso, neste trimestre incluímos análise adicional no Prazo Médio de Recebimento, para aumentar ainda mais a transparência do Contas a Receber da Companhia.

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO OPERACIONAL

ENSINO SUPERIOR PRESENCIAL

Durante o 3T11, a Companhia realizou importantes eventos no que tange às Unidades de Ensino Superior, tais como:

- **Fechamento da Unidade Guajajaras em Belo Horizonte:** em julho de 2011, a Companhia promoveu o fechamento da Unidade Guajajaras em Belo Horizonte, com a transferência de alunos para Unidades próximas, capturando benefícios importantes como a redução de despesas e a melhora operacional.
- **Aquisição das Unidades em São Luís e em Imperatriz:** em julho de 2011, a Companhia concluiu a aquisição de 100% do Centro de Ensino Atenas Maranhense Ltda. (CEAMA), sociedade mantenedora da Faculdade Atenas Maranhense. A operação do CEAMA possui um total de 5.007 alunos em suas Unidades (São Luís e Imperatriz) e é estratégica, pois fortalece o posicionamento da Kroton no Estado do Maranhão, onde estava presente com uma unidade em São Luís.
- **Aquisição da Unidade em Ponta Grossa:** também em julho de 2011, foi anunciada a conclusão da aquisição de 100% da União de Ensino de Vila Velha Ltda., sociedade mantenedora da Faculdade Educacional de Ponta Grossa (União), no estado do Paraná, que conta com 1.486 alunos. A compra da União é alinhada à tese de crescimento e reforça a presença da Companhia no Estado do Paraná
- **Aquisição da Unidade em Sorriso:** em novembro de 2011, foi anunciada a conclusão da aquisição de 100% da União Sorrisense de Educação Ltda. (USE), sociedade mantenedora da Faculdade de Sorriso, que conta com 1.302 alunos. A aquisição fortalece a presença da Companhia no Estado do Mato Grosso, onde já operavam outras nove unidades de Ensino Superior.

Com esses eventos, a Kroton passou a manter 40 Unidades de Ensino Superior localizadas em 30 cidades e 9 estados.

Processo de Integração e Resultados das Unidades Adquiridas

Durante o 3T11, a Kroton concluiu o processo de integração das três unidades adquiridas em julho último (unidades de São Luís - MA, Imperatriz - MA e Ponta Grossa - PR). Promovendo ações de forma ágil e eficiente, como a adoção, já a partir do início do segundo semestre de 2011, do Modelo Acadêmico Kroton para todos os alunos (calouros e veteranos) e a efetivação de todas as demissões previstas, que geraram uma redução de 24% do quadro total de colaboradores, a Companhia conseguiu relevantes sinergias em toda a operação.

Como consequência, essas ações promoveram resultados superiores aos utilizados pela Kroton nas análises que são realizadas para avaliar e precificar potenciais aquisições.

Com esses resultados, as três unidades adquiridas, atingiram, em menos de 90 dias, patamares de desempenho operacional próximos aos das demais unidades de Ensino Superior da Kroton.

Já o processo de integração da unidade em Sorriso (FAIS) foi iniciado logo após a assinatura do contrato (*signing*), ou seja, antes do fechamento completo da aquisição (*closing*).

Comentário do Desempenho

Avaliações do Ministério da Educação (MEC)

A Kroton conquistou importantes resultados nas avaliações divulgadas nos últimos 12 meses pelo MEC, quando cerca de 98,9% dos Cursos e das Unidades foram avaliados com conceitos entre satisfatórios ou excelentes. As avaliações são realizadas regularmente e, durante as visitas, são considerados vários aspectos da operação. Os resultados geram conceitos de curso ou da instituição, respectivamente:

- Conceito de Curso (CC): indicador gerado por meio da visita *in loco*, quando o curso é avaliado em três dimensões (organização didático-pedagógica, corpo docente e instalações físicas).
- Conceito Institucional (CI): gerado por meio da visita *in loco*, quando a instituição é avaliada em 10 dimensões, para fins de credenciamento. Quando a instituição é nova, o CI representa a nota de credenciamento.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS

O segundo processo seletivo de 2011 foi marcado por uma captação recorde de alunos no Ensino Superior da Companhia para o período, acumulando mais de 15 mil entrantes na Graduação e superando a meta em cerca de 20%. O número total de alunos após o fim do processo de captação e considerando as aquisições realizadas somou 101.798 estudantes, 11,2% superior ao trimestre anterior.

Em relação ao crescimento orgânico (excluindo aquisições), vale mencionar que historicamente o segundo semestre apresenta retração de alunos em relação ao primeiro semestre, entretanto, no 3T11, em decorrência da elevada captação, a Companhia registrou um crescimento de 2,7% entre junho e setembro.

O volume de alunos entrantes foi 68,0% superior ao mesmo período de 2010, devido ao intenso trabalho da força de vendas e às diversas ações de marketing e comerciais realizadas pela Companhia durante o período. Outro importante fator para o incremento na captação de alunos foi o contínuo esforço comercial relacionado ao novo FIES. Durante o 3T11, aproximadamente 28% dos calouros contrataram o FIES, diferentemente dos cerca de 14% no início de 2011.

Os principais destaques em relação à evolução de alunos das modalidades do Ensino Superior no 3T11 são:

- 100.496 alunos de Ensino Superior no 3T11, considerando as aquisições de duas instituições em julho, sendo:
 - 86.915 alunos matriculados em cursos superiores de graduação, 12,4% acima do 2T11,
 - 9.987 alunos em cursos de pós-graduação presencial, 8,4% menor que o 2T11, devido, principalmente, ao número maior de formaturas de bolsistas,
 - 3.594 em programas de pós-graduação a distância, 9,1% superior ao 2T11.
- 1.302 alunos de Ensino Superior adquiridos em novembro.
- 101.798 alunos de Ensino Superior, considerando as aquisições, aumento de 11,2% em relação ao 2T11.

Para sustentar essa linha de crescimento orgânico nos próximos anos, a Kroton espera do MEC a autorização de 92 novos cursos, com mais de 15 mil novas vagas a serem autorizadas nas Unidades da Kroton até 2013.

A Companhia também disponibiliza cursos de idiomas em várias de suas unidades de Ensino Superior, com o objetivo de oferecer mais uma oportunidade de desenvolvimento aos seus alunos, em condições

Comentário do Desempenho

especiais. Ao mesmo tempo, essa iniciativa funciona como forma de atração de estudantes ainda no Ensino Médio, para estabelecer relacionamento que culmine com a escolha de uma das Unidades Kroton para cursar o Ensino Superior. No final do 3T11, o número de alunos dessa modalidade era de 5.136 (não considerados no número de alunos de Ensino Superior informado anteriormente).

Novo FIES (www.novofies.com.br)

Com relação ao Novo FIES, a Kroton vem se destacando como uma das principais instituições a disseminar esse instrumento de financiamento estudantil, o qual será imprescindível para uma evolução significativa do nível de penetração do Ensino Superior no Brasil.

Até 30 de setembro de 2011, 15.367 alunos da Kroton já tinham contratos do novo FIES assinados, o que representa um crescimento de 37,9% frente a junho de 2011. Considerando, também, os 2.760 alunos migrados do antigo FIES, o número total de estudantes da Kroton vinculados ao programa alcança 18.127 ou 20,9% da base de graduação (incluídos os alunos das aquisições até julho).

O percentual de alunos elegíveis apresentou um aumento relevante, passando de 82,8% no 2T11, para 91,5% em setembro de 2011, devido à realização de avaliações *in loco* do MEC nas unidades da Kroton e as consequentes melhoras nos conceitos dos cursos.

ENSINO A DISTÂNCIA (EAD)

Em 2011, a Kroton começou a oferecer cursos de pós-graduação a distância nas modalidades *on-line* e telepresencial, direcionados inicialmente às áreas de Gestão, Direito e Saúde. Após um expressivo crescimento do número de polos e alunos nos primeiros meses de operação, o foco do 3T11 foi o de criar melhores condições para um desenvolvimento sustentável da modalidade nos próximos anos. Entre as ações e fatores condicionantes para tal objetivo, destacam-se:

- (i) a criação de uma estrutura específica para desenvolver as áreas de cursos, infra-estrutura e oportunidades com o uso do EAD,
- (ii) o reforço no relacionamento com a rede de polos existente e,
- (iii) a ampliação e adequação do portfólio com cursos.

(i) Ciente do potencial e da importância do projeto EAD e da necessidade de atendimento a uma demanda específica, a Companhia constituiu, durante o 3T11, uma Diretoria de Negócios exclusiva, com a contratação de um profissional de mercado, e mais quatro Diretorias Adjuntas para suportar o crescimento da modalidade.

(ii) Para suportar as operações, a Kroton tem, como diferencial competitivo, uma grande capilaridade graças à estratégia de ter como parceiras as Escolas Associadas da Rede de Ensino Básico presente em todo o território nacional. Após um expressivo crescimento do número de polos até junho de 2011, a Companhia optou por, praticamente, não adicionar novos polos à sua base durante o 3T11 e reforçar o relacionamento com as parceiras já estabelecidas. Atualmente são 147 polos em 128 cidades de 22 estados do país.

(iii) Atualmente são colocados à disposição 22 cursos de pós-graduação *on-line*, dentre os quais 12 são objetos de um contrato firmado, em setembro último, com a Rede de Ensino Desportivo (Rede) e estão voltados para a área de esporte em diferentes eixos temáticos (Saúde, Direito, Gestão, Marketing e Jornalismo). A Kroton firmou contrato que concede direito de uso da imagem do Sr. Edson Arantes do

Comentário do Desempenho

Nascimento (Pelé) nos cursos EAD voltados à área do esporte e também em todos os demais produtos e serviços oferecidos.

Para os cursos de graduação a distância, a Kroton também possui um projeto estruturado. A estratégia dessa modalidade será a de utilizar nossos *campi* e parte de nossas Escolas Associadas para oferecer os programas em todo o Brasil. Em junho de 2011, foi protocolado, junto ao MEC, um projeto para o credenciamento da graduação EAD e de 76 polos distribuídos em várias regiões do país. A perspectiva é que a aprovação aconteça até o final do primeiro semestre de 2012.

Com todas essas iniciativas, a Administração tem convicção que o EAD se tornará cada vez mais relevante para a evolução dos desempenhos operacional e financeiro nos próximos anos.

EDUCAÇÃO BÁSICA

No segmento de Educação Básica, a Kroton oferece Sistemas de Ensino (coleção didática, treinamento de professores, tecnologia educacional e outros serviços) para escolas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Para as escolas da rede privada, os produtos e serviços são oferecidos por meio da Rede Pitágoras, e para as escolas da rede pública, por meio da marca Projecta.

Em 2011, a Kroton está atendendo 771 Escolas Associadas no setor privado (além de seis outras escolas localizadas no Japão e no Canadá). Essas escolas possuem cerca de 263 mil alunos, ou seja, 9,0% acima do que foi atendido em 2010.

Já o Projecta, que passou por uma reestruturação para aprimorar seu modelo de atuação, no final de 2010, permaneceu com contratos em quatro municípios, um a menos do que no ano anterior. No entanto, a redução não deverá impactar o crescimento das receitas da Educação Básica, uma vez que a marca vem prestando vários outros serviços (gestão, avaliação e assessoria) a municípios diversos, que garantirão a receita projetada para a Rede Projecta.

DESEMPENHO FINANCEIRO

NOTA ESPECIAL SOBRE OS RESULTADOS DO 2T11 E DO 3T11

Conforme informado pela Companhia na divulgação de resultados do 2T11, a receita do segmento de Educação Básica de julho foi R\$ 7,2 milhões superior ao orçado, compensando praticamente todo o déficit verificado em junho. Os números do 3T11 comprovam que a Companhia adotou uma postura adequada ao realizar a análise pro forma no trimestre passado.

Não houve nenhum tipo de perda financeira com o ocorrido, uma vez que a receita registrada em julho foi R\$ 7,2 milhões superior ao previsto. Com a transferência (pro forma) de R\$ 6,5 milhões referentes ao faturamento de junho, a diferença entre orçado e faturado dos dois meses somou R\$ 1,1 milhão, o que significa 2,9% abaixo do estimado.

Para uma melhor comparabilidade dos resultados, a Companhia optou por fornecer uma análise de resultados pro forma no 2T11. O resultado pro forma daquele trimestre considerou as seguintes premissas:

Comentário do Desempenho

- Transferência da receita relacionada a junho, mas faturada em julho (R\$ 6,5 milhões);
- Alocação de 20% em custos de produtos vendidos (R\$ 1,3 milhão) relativos ao referido faturamento adicional alocado em junho, percentual este em linha com o verificado no 1T11;
- Incidência de uma taxa de imposto de 10% (R\$ 0,6 milhão) sobre resultado tributável, taxa também experimentada em períodos anteriores.

Quanto às linhas de deduções, custos de serviços prestados e despesas operacionais, destaca-se que não houve impactos positivos ou negativos, mesmo com o atraso do faturamento, uma vez que a natureza desse faturamento (material didático) não é tributável, e não há relação entre o atraso e a execução dos trabalhos do *back office* do segmento ou das áreas do corporativo.

Esses mesmos efeitos foram considerados no pro forma de 3T11. De acordo com essas premissas, os resultados pro forma do 2T11 foram acima do contábil e os resultados pro forma do 3T11 foram abaixo do contábil. Já para a análise dos resultados dos nove primeiros meses do ano, o evento mencionado é neutro, uma vez que tal período considera os três trimestres do ano.

RESULTADOS 3T11

Exceto quando indicado, todas as análises a seguir são realizadas a partir das seguintes premissas:

- Excluem eventos não recorrentes dos períodos.
- Consideram a consolidação do IUNI em todos os resultados do 9M10.

RECEITAS E DEDUÇÕES

A receita bruta total atingiu R\$ 213,3 milhões no 3T11, o que representa um aumento de 17,8% com relação ao mesmo período do ano anterior. No 9M11, a receita bruta ficou em R\$ 633,2 milhões, ou 9,2% superior ao 9M10.

As deduções da receita somaram R\$ 33,2 milhões no trimestre, sendo 94,6% originárias das operações de Ensino Superior e 5,4% do segmento de Educação Básica.

A receita líquida total foi de R\$ 180,0 milhões no 3T11, o que representa um aumento de 17,2% em relação ao mesmo período do ano anterior e um aumento de 10,9% em relação ao 2T11. No acumulado do ano, a receita líquida ficou em R\$ 537,4 milhões, ou 9,1% maior que no 9M10.

Ensino Superior

A receita bruta do Ensino Superior da Companhia cresceu 14,4% em relação ao 3T10, principalmente em decorrência do crescimento do número de alunos e da elevação do ticket médio entre os períodos. Comparativamente ao 2T11, a receita bruta aumentou 1,3%, motivada pela expressiva captação de alunos e pelo saldo positivo entre as aquisições (unidades FAMA - MA e União - PR) e a alienação realizada (unidade SUESC - RJ) nos períodos, fatores parcialmente compensados pela incidência de um relevante número de matrículas em abril, o que gerou uma receita adicional naquele trimestre.

Grande parte das deduções registradas nas operações de Ensino Superior é proveniente das bolsas do ProUni, concedidas em contrapartida à isenção do Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e COFINS das atividades de Graduação. Do total de R\$ 31,5 milhões de deduções, R\$ 18,2 milhões se referem ao

Comentário do Desempenho

ProUni.

Os descontos totais apresentaram uma retração frente ao 2T11 de 32,4%, refletindo a sazonalidade relativa à aplicação do Processo de Ajuste das Mensalidades (“PAM”), que ocorre entre os meses de abril e junho e outubro e dezembro. Esse processo é realizado para ajustar o valor das mensalidades, de acordo com as cargas horárias efetivas de cada aluno, provocando, geralmente, um aumento do volume de descontos no segundo e no quarto trimestres do ano. No acumulado do ano, a relação entre o volume de descontos e a receita bruta ficou em 5,4%, comparado com 5,7% no 9M10, demonstrando a maior rigidez na política de concessão de descontos.

A receita líquida do Ensino Superior apresentou uma elevação de 12,8% frente ao 3T10. Já na comparação com o trimestre anterior, a mesma rubrica apresentou um incremento de 3,8%, refletindo o menor volume de deduções.

Educação Básica

O crescimento de 39,5% entre a receita bruta da Educação Básica do 3T11 e do 3T10 está relacionado ao atraso do faturamento no mês de junho, como abordado na página 10 deste relatório. No acumulado do ano, no qual esse efeito é neutralizado, a receita bruta apresentou crescimento de 8,9%, alcançando R\$ 117,4 milhões no 9M11.

Com relação às deduções, destaca-se a diminuição significativa do volume de devoluções na análise do acumulado (9M11 vs. 9M10) de 60,3%.

A receita líquida do trimestre foi de R\$ 32,5 milhões, com crescimento de 42,8% frente ao 3T10, refletindo os fatores já mencionados. No acumulado do ano, a receita líquida ficou em R\$ 112,9 milhões, ou 11,9% acima do 9M10, com destaque para o aumento de 16,2% na receita vinculada às redes de ensino.

TICKETS MÉDIOS LÍQUIDOS

No Ensino Superior, a mensalidade média do 3T11 dos cursos e programas ofertados foi de R\$ 506,65 por aluno, comparado com R\$ 536,38 no 2T11. Essa redução era esperada e ocorreu, basicamente, pelo evento comentado no trimestre anterior relativo às matrículas efetivadas após o encerramento do 1T11, notadamente em abril, que impactou a receita do 2T11. O ticket da graduação foi 2,2% abaixo do 1T11, refletindo a entrada dos alunos advindos das aquisições realizadas, os quais possuem um valor médio de mensalidades inferior aos praticados pela Kroton.

Por outro lado, o ticket médio líquido da pós-graduação presencial apresentou aumento de 30,7%, motivado pelas formaturas dos colaboradores que possuem bolsas de estudo.

Já na Educação Básica, o valor anual médio de 2011 cobrado na venda de material didático às Escolas Associadas foi de R\$ 375,19 por aluno, o que representa um aumento de 7,3% frente ao valor do ano anterior que foi de R\$ 349,65.

CUSTOS DE PRODUTOS E SERVIÇOS

O total de custos no terceiro trimestre de 2011 foi de R\$ 112,1 milhões e representou 62,3% da receita líquida do período. No 9M11, os custos acumularam R\$ 332,3 milhões, ou 61,8% da receita líquida, o

Comentário do Desempenho

que significou uma melhora de 2,3 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

Na análise do acumulado de 2011, enquanto os custos de produtos vendidos, em relação à receita líquida, permaneceram estáveis, os custos de serviços prestados, foram inferiores aos observados no mesmo período de 2010.

Ensino Superior

Os custos de serviços prestados do Ensino Superior no 3T11 somaram R\$ 96,6 milhões, representando 65,5% da receita líquida no período, percentual inferior ao observado no 3T10 e 2T11. No 9M11, os custos apresentaram uma melhora de 5,4 p.p., comparado com o mesmo período do ano anterior.

Para uma melhor compreensão, recomendamos que a análise do custo de pessoal do segmento seja feita com base na soma das linhas “Professores e Quadro Técnico” e “Serviços de Terceiros”, pois essas foram impactadas por ajustes no quadro de professores e docentes da pós-graduação, que antes eram contratados como terceiros e passaram a ser contratados pelo regime de CLT.

Considerando esse critério, o custo de pessoal nas Unidades de Ensino Superior (somatória das contas “Professores e Quadro Técnico” e “Serviços de Terceiros”), no 3T11, foi de R\$ 82,0 milhões, o que representou 55,6% da receita líquida do segmento, estável em relação ao mesmo período do ano anterior. No acumulado do ano, esses custos somaram R\$ 234,7 milhões, 55,3% da receita líquida, uma melhora de 3,8 p.p em relação ao 9M10.

Já os custos com aluguéis no 3T11 representaram 9,7% da receita líquida, queda de 1,0 p.p. frente ao mesmo período do ano anterior. No acumulado do ano, essa mesma rubrica retraiu 1,2 p.p. em relação a 2010, em consequência das iniciativas de âmbito operacional que vêm sendo implementadas com o objetivo de incrementar as margens da Companhia.

Educação Básica

As análises de custos que comparam os trimestres ficam prejudicadas quando não considerado o ajuste de receita líquida e os custos. No acumulado do ano, os custos aumentaram 41,2%, atingindo R\$ 55,4 milhões. Conforme já informado nas divulgações de resultado de trimestres anteriores, essa variação é decorrente do posicionamento estratégico adotado pela Kroton que prioriza incrementar os serviços prestados às escolas (especialmente consultorias e treinamento de professores), com dois objetivos principais: (i) aumentar o índice de fidelização de clientes e (ii) possibilitar um aumento do ticket médio. É importante ressaltar ainda que tal decisão estratégica gera um crescimento de custos imediato, mas que os benefícios deverão ser percebidos a médio e a longo prazos, com a elevação do índice de fidelização e o aumento gradativo do ticket médio.

LUCRO BRUTO E MARGEM BRUTA

No 3T11, o lucro bruto avançou 24,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, passando de R\$ 54,6 milhões para R\$ 67,9 milhões. A margem bruta ficou em 37,7%, 2,2 p.p. acima do mesmo período de 2010. Nos primeiros nove meses de 2011, o lucro bruto totalizou R\$ 205,0 milhões, representando margem bruta de 38,2%, frente aos 35,9% do mesmo período de 2010.

Comentário do Desempenho

Ensino Superior

O segmento de Ensino Superior alcançou um lucro bruto de R\$ 50,8 milhões, 14,9% acima do 3T10. Cabe notar que a margem bruta alcançou 34,8% nos primeiros nove meses de 2011, crescimento de 5,4 p.p quando comparado com 29,3% do 9M10, devido a todas as ações de melhora operacional empreendidas na Companhia desde 2010.

Educação Básica

Na Educação Básica, em linha com o comportamento dos custos, foi registrado um lucro bruto acumulado no ano de R\$ 57,6 milhões, com margem bruta de 51,0%.

DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais da Kroton contemplam despesas de pessoal, gerais e administrativas, com vendas e marketing e provisões para devedores duvidosos, e totalizaram R\$ 43,5 milhões no 3T11, representando 24,2% da receita líquida, 2,0 p.p. abaixo do registrado no 3T10. No comparativo entre o 9M11 e o 9M10, o montante de despesas recuou 2,9% nominalmente e 2,9 p.p. em relação à receita líquida, confirmando os esforços da Companhia para o controle de todos os tipos de despesas.

Despesas de Pessoal, Gerais e Administrativas

As despesas de pessoal, gerais e administrativas compreendem principalmente as despesas de pessoal e as relacionadas ao programa de *stock options*, além daquelas derivadas dos segmentos de negócios, como consultorias, viagens e serviços de terceiros.

Para uma melhor compreensão, é recomendado que a análise das linhas de “Despesas de Pessoal” e “Despesas Gerais e Administrativas” seja feita de forma conjunta, pois os processos de reestruturação interna (como *outsourcing* ou *insourcing*) impactam a análise separada, mas são compensados na análise conjunta. Nesse sentido, com relação à receita líquida, a soma das despesas de pessoal, gerais e administrativas ficaram exatamente iguais entre o 3T11 e 3T10.

Despesas com Vendas e Marketing

Compõem as despesas com vendas e marketing essencialmente as despesas com a equipe comercial, com propaganda e marketing e com direitos autorais. No 3T11, essas despesas ficaram estáveis às do terceiro trimestre de 2010, sendo que, em relação à receita líquida, essa rubrica apresentou uma diminuição de 0,9 p.p., situando-se em 5,7%. Frente ao 2T11, tais despesas aumentaram 24,2%, mas propiciaram a superação da meta estabelecida de captação e retenção de alunos pela Companhia. Na variação dos acumulados do ano, as despesas com vendas e marketing apresentaram diminuição de 22,8%, somando R\$ 27,3 milhões no 9M11, ou 5,1% da receita líquida, frente a 7,2% da receita líquida no 9M10.

Provisão para Devedores Duvidosos (PDD)

A Kroton utiliza um modelo de provisionamento de perdas com recebíveis de alunos baseado no comportamento histórico e nas tendências das curvas de recuperação desses recebíveis ao longo de um ciclo de 360 dias. Mensalmente o comportamento dessas curvas é acompanhado e as provisões são ajustadas de acordo com a tendência de recuperação de cada uma das safras. O montante da PDD constituída cobre todo esse ciclo de recebimento, desde o mês de seu faturamento. Os valores não

Comentário do Desempenho

recebidos até 360 dias são integralmente baixados de nosso Ativo.

Aplicando-se o critério de provisionamento adotado pela Companhia, a provisão lançada no 3T11 para fazer frente às perdas futuras foi de R\$ 7,7 milhões (4,3% da receita líquida). Analisando somente o negócio de Ensino Superior, a PDD situou-se em 5,0% da receita líquida do segmento, mesmo nível que o trimestre anterior e dentro de uma faixa adequada segundo o entendimento da Administração.

PRAZO MÉDIO DE CONTAS A RECEBER

Em relação ao contas a receber do Ensino Superior, a Kroton oferece três análises distintas do prazo médio de recebimento, que são apresentadas a seguir:

(1) Contas a Receber, excluindo saldos de recebíveis e receitas do FIES e das instituições adquiridas

Base de Cálculo: o numerador é o saldo do contas a receber de mensalidade diretas e acordos a receber em setembro de 2011. O denominador é a receita líquida total do Ensino Superior acumulada de outubro de 2010 a setembro de 2011, excluindo a receita gerada pelos alunos FIES no mesmo período e a receita das unidades adquiridas ao longo do 3T11. O resultado desse cálculo é multiplicado por 360 dias.

Esta é uma análise nova, que passa a ser divulgada a partir deste trimestre. Nessa análise exclui-se, além da receita do FIES, a receita e saldo de contas a receber das unidades adquiridas, para que seja possível a análise do prazo médio do contas a receber de mensalidades sobre uma mesma base na relação entre os montantes de “mensalidades e acordos a receber” e a receita dos últimos 12 meses.

Considerando essa nova abertura, o prazo médio de “Mensalidades e Acordos a Receber” do Ensino Superior, no 3T11, é de 64 dias, dois dias superior ao registrado no mesmo período do ano anterior, e cinco a menos que no 2T11, devido à sazonalidade do segmento. Outro fator são os indicadores internos de inadimplência que sinalizam uma melhora nos comportamentos das safras mais recentes, o que reforça a adequada gestão da PDD e a qualidade dos recebíveis.

(2) Contas a Receber, excluindo saldos de recebíveis e receitas do FIES e incluindo saldos de recebíveis e receitas das instituições adquiridas

Base de Cálculo: o numerador é o saldo do contas a receber de mensalidade diretas e acordos a receber somado ao saldo das unidades adquiridas. O denominador é a receita líquida total do Ensino Superior acumulada de outubro de 2010 a setembro de 2011, excluindo a receita gerada pelos alunos FIES no mesmo período. O resultado desse cálculo é multiplicado por 360 dias.

Considerando essa abertura, o prazo médio de “Mensalidades e Acordos a Receber” do Ensino Superior, no 3T11, é de 66 dias uma vez que é observado o impacto na receita de somente três meses para as unidades adquiridas. Mesmo com esse efeito, foi observada uma redução em relação ao 2T11, devido a sazonalidade do negócio, conforme mencionado acima.

(3) Contas a Receber (Mensalidades e Acordos a Receber), excluindo saldos do FIES e saldos e receitas das instituições adquiridas e incluindo receitas do FIES

Base de Cálculo: o numerador é o saldo do contas a receber de mensalidade diretas e acordos a receber em setembro de 2011. O denominador é a receita líquida total do Ensino Superior acumulada de outubro de 2010 a setembro de 2011, excluindo a receita das unidades adquiridas no 3T11. O resultado desse

Comentário do Desempenho

cálculo é multiplicado por 360 dias.

Essa análise exclui todo o impacto das instituições adquiridas e os recebíveis FIES, mas considera sua receita. Uma vez que a Companhia mantém a expectativa positiva com relação à participação do FIES em sua carteira de recebíveis, a partir do próximo trimestre não será mais divulgada esta base de cálculo para o prazo médio de recebíveis.

Comentários adicionais sobre o Contas a Receber do FIES:

O contas a receber relativo a créditos do FIES vem ganhando importância na composição do contas a receber da Companhia. Atualmente, esse crédito tem por característica um prazo maior de recebimento, muito embora com risco bem inferior, pois o devedor é o Governo Federal.

O contas a receber do FIES sofreu aumento de 49,8% entre o 3T11 e o 2T11. Esse aumento é decorrente de dois fatores distintos que são: i) crescimento no número de alunos do novo FIES entre os períodos; ii) bloqueio de saldo de FIES decorrente da indisponibilidade de uma certidão negativa da UNIC (questão burocrática que deve ser resolvida no curto prazo).

Análises do Contas a Receber da Educação Básica:

O prazo médio das contas a receber da Educação Básica apresentou uma redução em relação ao 2T11 de 11 dias, devido à sazonalidade do negócio, pois a maior parte das vendas ocorre no início do ano, com pagamentos subsequentes. Já o acréscimo de 4 dias, comparada com o 2T10, é decorrente do atraso no faturamento já comentado.

EVENTOS NÃO RECORRENTES

A Companhia tem como política ser bastante restritiva no que concerne ao tratamento de eventos não recorrentes. Apenas itens específicos e evidentemente não recorrentes são considerados.

Conforme destacado no resultado do trimestre anterior, a Companhia já esperava alguns eventos não recorrentes relevantes no 3T11. Nesse contexto, a Administração aponta a seguir detalhes dos principais impactos apresentados acima:

- **Multas rescisórias/despesas de encerramento de Unidades:** a partir da estratégia de expandir as margens no médio prazo, a Companhia vem realizando uma série de ajustes nas suas unidades de Ensino Superior desde o início do ano. No 3T11, foi registrada uma despesa (R\$ 0,4 milhão) relacionada à multa rescisória do aluguel da unidade Guajajaras.
- **Baixa de Investimentos:** durante o 3T11, a Kroton promoveu e finalizou as apurações dos ativos relacionados às três unidades de Minas Gerais que foram desativadas ao longo do primeiro semestre, provocando um efeito negativo (não caixa) de R\$ 5,1 milhões.
- **Venda de Ativos:** como anunciado em 29 de setembro, a Companhia realizou a venda de seu imóvel situado no Rio de Janeiro (RJ), no qual atuava com a marca SUESC até abril deste ano, por um valor líquido de R\$ 38,8 milhões. O impacto no resultado foi um ganho não recorrente de R\$ 9,6 milhões, já descontados os custos do imóvel (baixa do ativo registrado).
- **Oferta de Ações:** a Kroton finalizou em julho a operação de emissão de novas ações (*follow-on*),

Comentário do Desempenho

captando cerca de R\$ 358,5 milhões (líquido de comissões). As despesas não recorrentes neste item (R\$ 1,5 milhão) estão relacionadas a gastos extraordinários de folha de pagamento.

- Projetos de *M&A*: na frente das aquisições, a Kroton anunciou e promoveu a integração de duas instituições que juntas possuíam 6.493 alunos. Os custos e as despesas não recorrentes (R\$ 3,7 milhões) são decorrentes, basicamente, da realização de diversos processos de auditorias, da equipe de integração e das demissões realizadas nas unidades.

Para o 4T11, a Administração espera que sejam verificados eventos não recorrentes, basicamente, derivados de novos projetos de *M&A*.

EBITDA E MARGEM EBITDA

O EBITDA da Kroton totalizou R\$ 29,6 milhões no 3T11, gerando uma margem de 16,4. De janeiro a setembro de 2011, o EBITDA de 2011 totalizou R\$ 92,5 milhões, gerando margem de 17,2%, comparado com 12,0% no 9M10. Essa evolução ocorreu devido às ações tomadas ao longo de 2010 que colocaram a Companhia num melhor patamar de desempenho, notadamente no segmento de Ensino Superior.

CAPITALIZAÇÃO E CAIXA

Ao final do 3T11, o saldo do caixa e as aplicações financeiras da Kroton totalizaram R\$ 297,2 milhões, em decorrência dos recursos captados no *follow-on* concluído em julho. A partir disso, a estratégia da Companhia foi a de reduzir seu nível de endividamento, tanto de curto como de longo prazo. Com isso, o volume de empréstimos registrou um decréscimo de 81,5%, frente ao 2T11. Além disso, o patrimônio líquido também foi impactado com o aumento de capital da Kroton.

RESULTADO FINANCEIRO

No 3T11, o resultado financeiro da Kroton foi positivo em R\$ 3,7 milhões, revertendo os desempenhos negativos do trimestre anterior, em função dos juros sobre as aplicações financeiras realizadas a partir dos recursos advindos da oferta de ações. A redução das despesas financeiras líquidas na comparação com o 2T11 refere-se, principalmente, ao menor volume de empréstimos registrado no 3T11.

LUCRO LÍQUIDO E MARGEM LÍQUIDA

O resultado líquido da Companhia no 3T11 foi positivo em R\$ 21,7 milhões. No 9M11, o lucro líquido acumulado soma R\$ 50,8 milhões, 170,8% superior ao mesmo período do ano anterior.

Sem considerar qualquer tipo de ajuste, a Companhia gerou lucro líquido contábil de R\$ 44,7 milhões no 9M11, comparado com um prejuízo de R\$ 13,1 milhões no mesmo período de 2010, o que demonstra, de forma inequívoca, a mudança no nível de desempenho da Companhia.

INVESTIMENTOS (CAPEX)

No 3T11, a Kroton investiu R\$ 11,5 milhões, distribuídos da seguinte forma:

- (i) equipamentos de informática e biblioteca: R\$ 2,7 milhões;

Comentário do Desempenho

- (ii) desenvolvimento de conteúdo, de sistemas e de licenças de *software*: R\$ 3,5 milhões;
- (iii) equipamentos de laboratório e similares: R\$ 3,3 milhões;
- (iv) ampliações - obras e benfeitorias: R\$ 2,0 milhões.

O volume de investimentos realizados durante o 9M11, de R\$ 32,9 milhões, está em linha com a meta de 6% da receita líquida definida pela Companhia.

MERCADO DE CAPITAIS E EVENTOS SUBSEQUENTES

DESEMPENHO DAS UNITS

As *units* da Kroton (KROT11) estão listadas no segmento Nível 2 da BM&FBovespa desde julho de 2007 e integram o Índice de Governança Corporativa Diferenciada (IGC), o Índice de Ações com Tag Along Diferenciado (ITAG), o Índice de Consumo (ICON) e o Índice Small Cap (SMLL).

As *units* estiveram presentes em 100% dos pregões no 3T11, atingindo um volume negociado de R\$ 296,1 milhões, em 23.122 negócios, com volume médio diário negociado de R\$ 4,5 milhões. No dia 30 de setembro de 2011, os papéis estavam cotados a R\$ 17,95 por *unit*, o que equivale ao valor de mercado de R\$ 1,5 bilhões.

Durante o 3T11, as *units* apresentaram desvalorização de 11,4%, enquanto no mesmo período o Ibovespa desvalorizou 16,2%, o IGC, 12,7%, o ITAG, 13,7%, o ICON, 7,5% e o SMLL, 15,4%. Atualmente, as *units* da Kroton são acompanhadas por 12 diferentes corretoras (*research*) locais e internacionais.

OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE AÇÕES – FOLLOW-ON

A Kroton anunciou, em 4 de agosto de 2011, o encerramento da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações (*units*), junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Com esforços de venda no Brasil e no exterior, a Companhia emitiu um total de 19,7 milhões de novas *units* (18,5 milhões de *units* da oferta base e 1,2 milhões de *units* no *greenshoe*) a R\$ 19,25 cada uma. A operação promoveu a captação de R\$ 358,5 milhões (líquido de comissões) para a Kroton que serão destinados, em sua maioria, a aquisições de instituições de Ensino Superior, ao desenvolvimento do negócio de forma orgânica e ao novo negócio de Ensino a Distância, sustentando, assim, o plano de crescimento da Companhia.

O *follow-on*, que incluiu ainda 800 mil *units* de oferta secundária, também propiciou o aumento do *free-float* para 58,4%.

AQUISIÇÕES DE UNIDADES

- Em 14 de julho de 2011, a Companhia anunciou, via Fato Relevante, a aquisição de 100% da União de Ensino de Vila Velha Ltda., sociedade mantenedora da Faculdade Educacional de Ponta Grossa - União, que detém operação na cidade de Ponta Grossa, no estado do Paraná. A instituição possuía 1.486 alunos e 2.500 vagas anuais. A Companhia pagou R\$ 7,8 milhões no negócio, deduzindo o endividamento da Faculdade de R\$ 0,1 milhão.
- Em 18 de julho de 2011, a Companhia anunciou, via Fato Relevante, a aquisição de 100% do Centro de Ensino Atenas Maranhense Ltda. (CEAMA), sociedade mantenedora da Faculdade Atenas

Comentário do Desempenho

Maranhense, localizada na cidade de São Luís e com filial em Imperatriz, ambas no estado do Maranhão. O CEAMA possuía 5.007 alunos em São Luís e em Imperatriz e 2.100 vagas anuais. A aquisição incluiu também o imóvel de propriedade do CEAMA, no qual eram desenvolvidas as operações da FAMA em São Luís, com uma área total de 24,5 mil m² e uma área construída de 14 mil m². O preço total da operação e do imóvel foi de R\$ 28,4 milhões.

- Em 4 de novembro de 2011, a Companhia anunciou, via Fato Relevante, a conclusão da aquisição de 100% da União Sorrisense de Educação Ltda. (USE), sociedade mantenedora da Faculdade de Sorriso, que detém operação na cidade de Sorriso, no estado do Mato Grosso. A instituição possuía 1.302 alunos e 1.400 vagas anuais. A Companhia pagou R\$ 5,4 milhões no negócio, já deduzido o endividamento da Faculdade de R\$ 1,6 milhão.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada pela Kroton Educacional S.A., para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia e serviços de *due diligence*.

As informações no relatório de desempenho sobre EBITDA, Ebitda recorrente, margem Ebitda recorrente, Ebitda pro forma ajustado, Informações Pro forma, Lucro bruto recorrente e Margem recorrente, Margem Bruta recorrente, Receita líquida ajustada, Lucro líquido ajustado, Resultado financeiro ajustado e Margem líquida ajustada, não foram objeto de revisão especial pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

KROTON EDUCACIONAL S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2011

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Kroton Educacional S.A., com sede na cidade de Belo Horizonte, e suas controladas (doravante “Companhia” ou “Controladora” ou “Kroton”) têm por objeto social a participação, como sócia ou acionista, em sociedades que explorem: (a) a administração de atividades de educação infantil, ensinos fundamental, médio, supletivo, pré-vestibular, superior, profissionalizante, pós-graduação, cursos livres e outras atividades educacionais correlatas; e (b) o comércio atacadista e varejista, distribuição, importação, exportação de livros didáticos, paradidáticos, revistas e demais publicações dirigidas à educação infantil, ensino fundamental, médio, supletivo, pré-vestibular, superior, profissionalizantes, pós-graduação, cursos livres e/ou outras atividades educacionais correlatas, bem como o licenciamento para produtos escolares e de natureza pedagógica. A Companhia exerce as suas funções através de sua controlada Editora e Distribuidora Educacional Ltda. - EDE.

A Companhia é listada na BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - sob a sigla KROT11), onde negocia suas “units”, que são ativos compostos por uma (1) ação ordinária e seis (6) ações preferenciais.

O modelo de gestão da Companhia é operacionalizado pela EDE e suas controladas que atuam nas áreas de educação:

- a) Ministrando cursos regulares e formais de educação infantil, ensinos fundamental, médio, superior, à distância (“on-line”) e de tecnólogo, bem como treinamentos de indivíduos e de organizações profissionais.
- b) Desenvolvendo, distribuindo e comercializando livros didáticos, edições de jornais, revistas e periódicos, publicidade e divulgação, capacitando a equipe técnica das escolas parceiras, bem como oferecendo um conjunto de soluções às escolas integradas da rede pública e privada de educação.

Aquisição da Ceama e da União

Em 14 de julho de 2011 a Companhia por meio de sua controlada, EDE, adquiriu a totalidade das quotas de emissão da União de Ensino de Vila Velha Ltda., com uma unidade em operação de ensino superior localizada no município de Ponta Grossa – PR.

Em 18 de julho de 2011, a Companhia por meio de sua controlada, EDE, adquiriu a totalidade das quotas de emissão do Centro de Ensino Atenas Maranhense Ltda. (Ceama), com unidades em operação de ensino superior localizadas nas cidades de São Luís – MA e Imperatriz – MA.

Ambas, para efeito de consolidação, fazem parte da Companhia a partir do dia 1º de julho de 2011.

Notas Explicativas

Alienação da SUESC

No dia 30 de abril de 2011, foi realizada a venda de 100% das quotas da SUESC – Sociedade Unificada de Ensino Superior e Cultura Ltda., localizada no município do Rio de Janeiro.

A operação gerou uma perda de R\$3.221 (nota explicativa nº14).

Aquisição da IUNI Educacional

Após aprovação pelo Conselho de Administração, a Companhia assinou contrato de compra e venda de 100% das ações das empresas da Companhia IUNI Educacional (“IUNI”) em 12 de março de 2010. O preço da transação foi estabelecido através de uma avaliação financeira do resultado atual e projetado utilizando como base os demonstrativos financeiros de 30 de junho de 2009.

Comparabilidade

As demonstrações financeiras consolidadas relativas ao período findo em 30 de setembro de 2010 incluem o resultado da controlada IUNI de 7 meses, entre 1º de março e 30 de setembro de 2010, em virtude da compra da IUNI ter ocorrido em 12 de março de 2010. Portanto, a leitura das informações contábeis deve considerar esse fato.

Sazonalidade

A Companhia tem expectativa de que as suas receitas e lucratividades alcancem seus níveis mais altos no primeiro e terceiro trimestres.

Na educação básica, durante o primeiro trimestre, ocorre o pico das vendas das coleções de livros. No ensino superior, durante o primeiro e terceiro trimestres ocorre o período de matrículas para o semestre letivo, gerando picos de faturamentos nesses trimestres. Dada essas condições, essa sazonalidade tende a causar variações em nossos resultados operacionais de trimestre para trimestre.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As informações contábeis intermediárias da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, compreendem:

- a) As informações contábeis intermediárias consolidadas elaboradas de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standard Board - IASB e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.
- b) As informações contábeis intermediárias individuais da Companhia elaboradas de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas informações contábeis intermediárias estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.

Notas Explicativas

2.2. Base de elaboração

As informações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

a) Informações contábeis consolidadas

As informações contábeis intermediárias consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As informações contábeis intermediárias consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”

b) Informações contábeis individuais

As informações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC. As informações contábeis individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas informações contábeis individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou custo de aquisição.

2.3. Consolidação

a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, em geral em virtude da detenção de mais da metade dos direitos de voto. A existência e o efeito dos potenciais direitos de voto, atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em conta quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que tal controle cessa.

O método de contabilização de compra é usado para contabilizar a aquisição de controladas pela Companhia. O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais (exemplo: ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca, acrescidos dos custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação de acionistas não controladores. O excedente do custo de aquisição que ultrapassar o valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Se o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

O processo de consolidação das controladas corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza de cada saldo, complementada pelas seguintes eliminações:

Notas Explicativas

- (i) Das participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as empresas.
- (ii) Dos saldos de contas correntes e outros saldos, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as empresas inclusive resultados não realizados.
- (iii) Identificação da participação dos acionistas não controladores.

Os períodos das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da Companhia, e as práticas contábeis das controladas foram aplicadas de forma consistentes com as práticas contábeis da Companhia.

b) Operações e participações de acionistas não controladores

A Companhia trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou as perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

Quando a Companhia não tem mais o controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma “*joint venture*” ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

c) Empresas incluídas nas informações contábeis consolidadas

As informações contábeis consolidadas incluem os saldos e transações da Companhia e de suas controladas, a seguir relacionadas:

<u>Empresas consolidadas</u>	<u>Participação no capital total - %</u>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Controlada direta da Companhia		
EDE - Editora e faculdade de Divinópolis, Guarapari, Jundiaí, Teixeira de Freitas e Uberlândia, e controladora de:	100,00	100,00
Controladas indiretas		
ÁGORA - Escolinhas de esporte	99,99	99,99
CEAMA – Faculdade de São Luís (i)	99,99	-
FATEC - Faculdade de Londrina	99,99	99,99
GK - Faculdade de Feira de Santana	99,99	99,99
INADE - Instituto de avaliação	99,99	99,99
ORME - Faculdade de tecnologia de Belo Horizonte	99,99	99,99
PAX - Editora Rede Católica	99,99	99,99
PROJECTA EDE - Editora	99,99	99,99
PSES - Faculdade de Belo Horizonte, Betim, Contagem, Gov. Valadares, Ipatinga, Poços de Caldas, São Luís e Votorantim	99,99	99,99
SPES - Educação básica	99,99	99,99
SUESC - Faculdade do Rio de Janeiro (ii)	-	99,99

Notas Explicativas

<u>Empresas consolidadas</u>	Participação no capital total - %	
	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
UMEP - Faculdade de Londrina	99,99	99,99
UNIÃO – Faculdade de Ponta Grossa (i)	99,99	-
UNILINHARES - Faculdade de Linhares	99,99	99,99
IUNI - Universidade de Cuiabá e controladora de: (iii)	100,00	100,00
UNIC PRIMAVERA ANTIGA - Faculdade Primavera do Leste (iii)	99,99	99,99
UNIC PRIMAVERA NOVA - Faculdade Primavera do Leste (iii)	99,99	99,99
UNIC ROO AE - Faculdade de Rondonópolis (iii)	99,99	99,99
UNIC ROO FP - Faculdade de Rondonópolis (iii)	99,99	99,99
UNIC SINOP - Faculdade de Sinop (iii)	99,99	99,99
UNIC TANGARÁ NORTE - Faculdade de Tangará da Serra (iii)	99,99	99,99
UNIC TANGARÁ SUL - Faculdade de Tangará da Serra (iii)	99,99	99,99
UNIC VG - Faculdade de Várzea Grande (iii)	99,99	99,99
UNIME ITABUNA - Faculdade de Itabuna (iii)	99,99	99,99
UNIME SALVADOR - Faculdade de Salvador (iii)	99,99	99,99
FAMA MARABÁ - Faculdade de Marabá (iii)	99,99	99,99
UNIME LF - Faculdade de Lauro de Freitas e controladora de: (iii)	99,99	99,99
FAMA MACAPÁ - Faculdade de Macapá (iii)	99,99	99,99

(i) Controladas adquiridas em julho de 2011.

(ii) Controlada alienada em 30 de abril de 2011.

(iii) Empresas originárias da IUNI, adquiridas em 12 de março de 2010.

2.4 Apresentação de relatórios por segmentos

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas informações contábeis de cada uma das controladas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a companhia atua (“a moeda funcional”). As informações financeiras estão apresentadas na em reais - R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerários em espécie e depósitos bancários.

2.7 Ativos financeiros

2.7.1. Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros

Notas Explicativas

foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Empréstimos e recebíveis mantidos até o vencimento

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos disponíveis para venda são classificados pelo valor justo. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos como “Receitas financeiras”, na demonstração do resultado.

c) Valor justo por meio do resultado

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir, quando aplicável, o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

2.7.2. Reconhecimento

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescido dos custos da transação. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

2.7.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.7.4. “Impairment” de ativos financeiros

a) Ativos registrados ao custo amortizado

A Companhia avalia no fim de cada período do relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de “impairment” são incorridos somente se há evidência

Notas Explicativas

objetiva de “*impairment*” como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por “*impairment*” incluem, mas não se limitam a:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador.
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal.
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira.
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira.
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de “*impairment*”.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido ao resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por “*impairment*” é a atual taxa de juros efetiva determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o “*impairment*” com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por “*impairment*” diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o “*impairment*” ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por “*impairment*” reconhecida anteriormente será reconhecida ao resultado..

b) Ativos classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia no fim de cada período de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos da dívida, a Companhia usa os critérios mencionados no item a). Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo, medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por “*impairment*” sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente em lucro ou prejuízo, será retirado do patrimônio e reconhecido ao resultado.

Notas Explicativas

2.8 Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para “*impairment*”. A provisão para perdas é estabelecida desde o faturamento com base nas performances apresentadas pelas diversas linhas de negócio e respectivas expectativas de cobrança até 360 dias do vencimento.

O cálculo da provisão é baseado em estimativas de eficiência para cobrir potenciais perdas na realização das contas a receber, considerando sua adequação contra a performance dos recebíveis de cada linha de negócio consistente com a política de “*impairment*” de ativos financeiros ao custo amortizável. Normalmente, na prática, são reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para “*impairment*”, se necessária.

2.9 Estoques

Demonstrados ao custo médio das compras, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização. É constituída provisão para perdas para os itens fora de coleção.

2.10 Ativos circulantes mantidos para venda

Os ativos circulantes e os grupos de ativos são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é altamente provável e o ativo circulante (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

Quando a Companhia está comprometida com um plano de venda que envolve a perda de controle de uma controlada, quando atendidos os critérios descritos no parágrafo anterior, todos os ativos e passivos dessa controlada são classificados como mantidos para venda nas demonstrações financeiras consolidadas, mesmo se após a venda a Companhia ainda retenha participação na empresa.

Os ativos circulantes (ou o grupo de ativos) classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda.

2.11 Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção e deduzido da depreciação.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Edificações e benfeitorias	25
Equipamentos de informática	5
Móveis, utensílios e instalações	10
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10
Biblioteca	10
Laboratório	10

Notas Explicativas

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na rubrica “Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas”, na demonstração do resultado.

2.12 Ativos intangíveis

a) Ágio

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida e de outros instrumentos de patrimônio adquiridos/trocados. O ágio de controladas é registrado como “ativo intangível”. Se a adquirente apurar deságio, este deve ser reconhecido na demonstração do resultado, na data de aquisição. O ágio é testado anualmente, ou, com maior frequência, caso as circunstâncias indiquem que houve redução em seu valor recuperável, para verificar prováveis perdas (“impairment”), e contabilizado pelo seu valor de custo, menos as perdas acumuladas por “impairment”, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado à entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa - UGCs para fins de teste de “impairment”. A alocação é feita para as UGC ou para um grupo de UGC que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

b) Programas de computador (softwares) e desenvolvimento de projetos internos

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na nota explicativa nº 17.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de softwares identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software/projeto para que esteja disponível para usá-lo ou vendê-lo.
- A Administração pretende concluir o software/projeto e usá-lo ou vendê-lo.
- O software/projeto pode ser vendido ou usado.
- O software/projeto gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados.
- Recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados estão disponíveis para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software/projeto.
- O gasto atribuível ao software/projeto durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software/projeto, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de software/projeto e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes.

Notas Explicativas

Os custos com desenvolvimento que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos com o desenvolvimento de software/projeto reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas descritas na nota explicativa nº 17.

2.13 “Impairment” de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de “impairment”. Os ativos que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de “impairment” em cada data do balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para “impairment”. Uma perda por “impairment” é reconhecida pelo montante que o custo contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do “impairment”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGCs). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido “impairment”, são revisados para a análise de uma possível reversão do “impairment” na data de apresentação do relatório.

2.14 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

Essas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.15 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.16 Provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

As provisões para perdas, relacionadas a processos judiciais e administrativos trabalhistas, tributários e cíveis, são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do

Notas Explicativas

valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.17 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) correntes e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O IRPJ é calculado com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. A CSLL é calculada à alíquota vigente sobre o resultado antes do imposto de renda ajustado nos termos da legislação vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações financeiras. O passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos é integralmente reconhecido enquanto o ativo depende da realização. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

O imposto de renda diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis, em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

As empresas de ensino superior controladas pela Companhia estão inseridas no Programa Universidade para Todos - ProUni, que estabelece, através da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados impostos federais a instituições de ensino superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica.

2.18 Benefícios a empregados - remuneração com base em ações

A Companhia oferece aos administradores e empregados de nível gerencial planos de remuneração com base em ações, liquidados em ações, segundo os quais a Companhia recebe os serviços como contraprestações das opções de compra de ações. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa durante o período no qual o direito é adquirido, que representa o período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. A contrapartida é registrada a crédito em reserva de capital - outorga de opções de ações no patrimônio líquido. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições estabelecidas. O impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, é reconhecido na demonstração do resultado, prospectivamente.

2.19 Arrendamentos

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do período pelo método linear, durante o

Notas Explicativas

período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Companhia e suas controladas detêm, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos passivos circulante e não circulante, de acordo com o prazo do contrato. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo ou de acordo com o prazo do contrato de arrendamento, quando este for menor.

2.20 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

2.21 Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opção são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando qualquer controlada da Companhia compra ações do capital da própria Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do IRPJ e da CSLL, é incluído no capital atribuível aos acionistas da Companhia.

2.22 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando: (a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a empresa; e (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

a) Venda de produtos

A receita pela venda de produtos é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de

Notas Explicativas

propriedade dos produtos são transferidos para o comprador. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador.

Os recebimentos antecipados de venda de coleções didáticas são registrados na rubrica “Adiantamento de clientes” e reconhecidos na entrega do material.

b) Venda de serviços

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data do balanço.

As mensalidades dos cursos e seus respectivos descontos variam de acordo com o curso, com a unidade ou com o termo acadêmico. No semestre, são cobradas seis mensalidades, estando incluída a matrícula. Os recebimentos antecipados de matrícula e mensalidades são registrados como “Adiantamento de clientes” e reconhecidos no mês de competência da prestação dos serviços.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (“impairment”) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.

2.23 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas informações financeiras da Companhia no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.24 Informação contábil do valor adicionado (“DVA”)

Essa informação contábil tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações financeiras individuais e como informação suplementar às informações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória, conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das informações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre o pessoal, os impostos, as taxas e contribuições, a remuneração de capitais de terceiros e a remuneração de capitais próprios.

Notas Explicativas

2.25 Normas e interpretações novas e revisadas

Os pronunciamentos contábeis do IASB a seguir foram publicados e/ou revisados mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e CFC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia em suas informações contábeis intermediárias para o período findo em 30 de setembro de 2011. A Companhia implementará tais pronunciamentos à medida que suas aplicações se tornarem obrigatórias, não sendo esperados efeitos relevantes para as demonstrações financeiras.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IFRS 9 – Instrumentos Financeiros	Introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. Esclarece outras questões referentes ao IAS 39.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação	Aumento nas exigências de divulgações das transações envolvendo ativos financeiros, visando transparência às exposições de risco quando um ativo financeiro é transferido, mas ainda existe algum risco de exposição retido na Companhia. As alterações também exigem a divulgação da transferência de ativos financeiros quando não forem igualmente distribuídos no período.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011
IAS 12 – Tributos sobre o lucro	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo de acordo com a IAS 40	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2012
IAS 28 - Investimentos em Coligadas	Revisão do IAS 28 para incluir as alterações introduzidas pelos IFRSs 10, 11 e 12. Esclarece os conceitos de “Influência Significativa”, exemplos para aplicação do método de equivalência patrimonial e como realizar testes por impairment para coligadas e coligadas em conjunto.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IAS 27 – Demonstrações Separadas	Requerimentos do IAS 27 relacionados às demonstrações financeiras consolidadas são substituídos pelo IFRS 10. Requerimentos para demonstrações financeiras separadas são mantidos.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013

Notas Explicativas

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Substituiu o IAS 27 em relação aos requerimentos aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas e a SIC 12. O IFRS 10 determinou um único modelo de consolidação baseado em controle, independentemente da natureza do investimento. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle que contém três elementos: (a) poder sobre uma investida; (b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida e (c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRIC 20 – Custos de produção sobre Mineração	Esclarece como proceder quanto ao custo de produção associados remoção da superfície de uma mina, inclusive sobre reconhecimento inicial dos ativos, ativos não correntes, depreciação e amortização, entre outros	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 11 - Contratos Compartilhados	Eliminou o modelo de consolidação proporcional para as entidades com controle compartilhado, mantendo apenas o modelo pelo método da equivalência patrimonial. Eliminou também o conceito de “ativos com controle compartilhado”, mantendo apenas “operações com controle compartilhado” e “entidades com controle compartilhado”.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Expande os requerimentos de divulgação das entidades que são ou não consolidadas na quais as entidades possuem influência.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 13 - Mensurações ao Valor Justo	Substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRSs em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo, orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz nenhum novo requerimento ou alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013

Notas Explicativas

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IAS 19 - Benefícios aos Empregados	Eliminação do enfoque do corredor (“corridor approach”), sendo os ganhos ou perdas atuariais reconhecidos como outros resultados abrangentes para os planos de pensão e ao resultado para os demais benefícios de longo prazo, quando incorridos, entre outras alterações.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras	Introduz o requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre itens que são e os que não são posteriormente reclassificados para lucros e perdas.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013

Adicionalmente, os pronunciamentos e interpretações do International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC listados a seguir entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotados pela Companhia em suas informações contábeis intermediárias para o período findo em 30 de setembro de 2011. Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos relevantes nas presentes informações contábeis intermediárias.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
Melhorias nas IFRSs - 2010	Alteração de diversos pronunciamentos contábeis	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
IFRS 1 – Adoção inicial das IFRSs	Esclarecimentos diversos sobre a adoção inicial das IFRSs como, por exemplo, isenção limitada de divulgações comparativas da IFRS 7, eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010
IAS 24 – Divulgação sobre Partes relacionadas	As alterações já são adotadas pelo CPC. Esclarece melhor o conceito de partes relacionadas, inclusive com exemplos sobre casos específicos.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
IFRIC 14 – Limite de ativo de benefício definido	Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação	Classificação dos direitos de emissão	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de fevereiro de 2010
IFRIC 19 – Extinção de Passivos financeiros através de instrumentos patrimoniais	Esclarece a mensuração desses instrumentos financeiros através do método de fair value.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010

Notas Explicativas

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

Práticas contábeis críticas são aquelas que são: (a) importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados; e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das informações financeiras, a Companhia adotou variáveis e premissas derivadas de experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Ainda que essas estimativas e premissas sejam revisadas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. A fim de proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, incluímos comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita a seguir:

a) Perda (“impairment”) estimativa do ágio

Ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não são amortizados e são testados anualmente para identificar uma deterioração destes, por meio de uma metodologia conhecida como “impairment test”. Para o propósito de se identificar uma deterioração do ágio, estes são agrupados no nível mais baixo para os quais podem ser identificados fluxos de caixa (UGCs), e a alocação é efetuada de forma proporcional. O ágio é registrado pelo custo menos perdas por deterioração acumuladas. Perdas por deterioração do ágio são registradas no resultado do período em que ocorrerem e não podem ser revertidas em períodos seguintes, mesmo que as condições que ocasionaram a perda deixem de existir. Em 30 de setembro de 2011, o saldo consolidado de ágio é de R\$531.205 (R\$488.818 em 31 de dezembro de 2010).

b) Imposto de renda diferido

O método do passivo (conforme o conceito descrito no “IAS 12 - Liability Method”) de contabilização do imposto de renda é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das informações financeiras e reduzido ao montante que não seja mais realizável por meio de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas, quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado do ativo fiscal. Em 30 de setembro de 2011, o saldo consolidado ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é de R\$9.968 (R\$10.513 em 31 de dezembro de 2010) e o saldo consolidado passivo é de R\$3.114 (R\$1.617 em 31 de dezembro de 2010).

c) Provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos, da Companhia. A Administração acredita que essas

Notas Explicativas

provisões estão corretamente apresentadas nas informações financeiras. Em 30 de setembro de 2011, o saldo consolidado da provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis é de R\$40.580 (R\$30.441 em 31 de dezembro de 2010).

d) Vida útil de ativos de longa duração

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos de longa duração com base em vida útil estimada. A vida útil desses ativos afetam os testes de recuperação do custo, quando necessário.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO – CONSOLIDADO

4.1. Fatores de risco financeiro

a) Política de utilização de instrumentos financeiros

As atividades da Companhia expõem-na a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

O objetivo da Companhia na gestão de capital é garantir os recursos necessários à execução da estratégia da Companhia ao menor custo de capital, buscando maximizar o retorno aos seus acionistas.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, a Companhia apresentava caixa líquido destinado a fazer frente aos seus ciclos de negócio, bem como a viabilizar a estratégia de crescimento da Companhia. As decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado.

b) Risco de mercado

Risco de fluxo de caixa associado à taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de as empresas da Companhia incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas.

As taxas de juros contratadas para os empréstimos e financiamentos no passivo circulante e no passivo não circulante podem ser demonstradas conforme a seguir:

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Empréstimos e financiamentos:		
Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA	8.647	10.911
Certificado de Depósito Interbancário – CDI	2.033	74.617
Outras	<u>5.314</u>	<u>5.743</u>
	<u>15.994</u>	<u>91.271</u>

c) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia e de suas controladas está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios

Notas Explicativas

limitados às regras do Governo Federal (Lei nº 6.870/99, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares). A matrícula para o período letivo seguinte é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus alunos, assim como o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. A Companhia e suas controladas constituíram provisão para créditos de realização duvidosa de R\$52.098 (31 de dezembro de 2010 - R\$58.247), do saldo bruto das contas a receber de terceiros em aberto para fazer face ao risco de crédito.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e de acordo com limites previamente estabelecidos.

d) Risco de liquidez

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Consolidado		
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
Em 30 de setembro de 2011:			
Empréstimos e financiamentos	3.971	5.792	917
Obrigações com arrendamento financeiro	2.325	1.375	1.614
Fornecedores	22.045	-	-
Obrigações tributárias	82.263	5.439	81.816
Outras obrigações	<u>25.132</u>	<u>12.684</u>	<u>8.661</u>
	<u>135.736</u>	<u>25.290</u>	<u>93.008</u>
Em 31 de dezembro de 2010:			
Empréstimos e financiamentos	30.569	29.892	25.069
Obrigações com arrendamento financeiro	3.477	1.896	368
Fornecedores	24.653	-	-
Outras obrigações	<u>75.069</u>	<u>28.987</u>	<u>58.630</u>
	<u>133.768</u>	<u>60.775</u>	<u>84.067</u>

4.2. Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é garantir os recursos necessários à execução da estratégia ao menor custo de capital, buscando maximizar o retorno aos seus acionistas.

No período findo em 30 de setembro de 2011, a Companhia apresentava caixa líquido destinado a viabilizar a estratégia de crescimento, seja organicamente, seja por meio de aquisições. As decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim demonstrados:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Total dos empréstimos e financiamentos (nota nº 19)	-	-	15.994	91.271
Menos: caixa e equivalentes de caixa (nota nº7) e títulos e valores mobiliários (nota nº 8)	(6.189)	(13)	(293.194)	(33.603)
Dívida líquida (caixa líquido)	(6.189)	(13)	(277.200)	57.668
Total do patrimônio líquido	<u>1.222.476</u>	<u>816.176</u>	<u>1.222.476</u>	<u>816.176</u>
Total	<u>1.216.288</u>	<u>816.163</u>	<u>945.276</u>	<u>873.844</u>
Índice de alavancagem financeira	(0,5)%	(0,0)%	(22,7)%	7,1%

4.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que o saldo contábil das contas a receber de clientes menos a provisão para perdas seja próximo de seu valor justo. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível à Companhia para instrumentos financeiros similares.

a) Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo no balanço patrimonial

A Companhia aplica a alteração à IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços), seja indiretamente (como derivados dos preços) (nível 2).

Inserções aos ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (inserções não observáveis) (nível 3).

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo:

	Consolidado	
	<u>Nível 2</u> <u>30/09/11</u>	<u>Nível 2</u> <u>31/12/10</u>
Ativos		
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Certificados de Depósito Bancário – CDB	8.010	7.435
Fundo de Renda Fixa	836	-
Aplicações em Cotas de Fundo	<u>244.837</u>	-
	<u>253.683</u>	<u>7.435</u>

Notas Explicativas

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos baseia-se nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Em 30 de setembro de 2011, a Companhia não possuía instrumentos financeiros classificados no nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros, que não são negociados em mercados ativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado em que está disponível e baseiam-se o menos possível nas estimativas específicas da Companhia. Se todas as informações relevantes exigidas do valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento financeiro estará incluído no nível 2. Os instrumentos financeiros incluídos no nível 2 compreendem, principalmente, os investimentos classificados como títulos disponíveis para venda.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3. Em 30 de setembro de 2011, a Companhia não possuía instrumentos financeiros classificados no nível 3.

a) Valor justo de empréstimos e financiamentos

O valor contábil dos financiamentos tem suas taxas atreladas ao IPCA e à UMBNDES e se aproxima do valor de mercado.

b) Demais ativos e passivos financeiros

O valor justo dos demais ativos e passivos financeiros não diverge significativamente dos valores contábeis destes, na extensão que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

4.4. Análise de sensibilidade

Apresentamos, a seguir, o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais à Companhia, com cenário mais provável, segundo a avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de doze meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente.

Para a análise de sensibilidade, foram utilizados como premissa os indicadores macroeconômicos vigentes por ocasião do encerramento do exercício social, por entender que, devido à volatilidade de mercado, o cenário provável para os próximos doze meses seria equiparado ao de 30 de setembro de 2011.

a) Títulos e valores mobiliários

<u>Indexador</u>	<u>Valor</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário possível (25%)</u>	<u>Cenário remoto (50%)</u>
CDI	253.683	Desvalorização do CDI	30.442	22.831	15.221

Notas Explicativas

b) Empréstimos e financiamentos

<u>Indexador</u>	<u>Valor</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário possível 25%</u>	<u>Cenário remoto 50%</u>
IPCA	8.647	Alta do IPCA	632	790	948
CDI	2.033	Alta do CDI	238	298	357

Indexadores utilizados (cenário provável): CDI – 12,00% e IPCA - 7,31%.

A Administração elaborou análise de sensibilidade para os demais instrumentos financeiros em 30 de setembro de 2011 e verificou que estes não apresentam risco de prejuízo material.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA – CONSOLIDADO

	<u>Empréstimos e recebíveis</u>	<u>Disponível para venda</u>	<u>Total</u>
Ativos em 30 de setembro de 2011			
Títulos e valores mobiliários (sem liquidez imediata)	9.092	8.010	17.102
Contas a receber de clientes	213.910	-	213.910
Demais contas a receber (excluindo pagamentos antecipados)	96.174	-	96.174
Aplicações financeiras	<u>236.581</u>		<u>236.581</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>39.511</u>	<u>-</u>	<u>39.511</u>
	<u>595.268</u>	<u>8.010</u>	<u>603.278</u>
		<u>Passivos mensurados ao custo amortizado</u>	
Passivos em 30 de setembro de 2011			
Empréstimos			10.680
Obrigações de arrendamento financeiro			5.314
Fornecedores			22.045
Outras obrigações (excluindo obrigações estatutárias)			<u>215.995</u>
			<u>254.034</u>
	<u>Empréstimos e recebíveis</u>	<u>Disponível para venda</u>	<u>Total</u>
Ativos em 31 de dezembro de 2010			
Títulos e valores mobiliários (sem liquidez imediata)	-	7.435	7.435
Contas a receber de clientes	147.295	-	147.295
Demais contas a receber (excluindo pagamentos antecipados)	70.020	-	70.020
Caixa e equivalentes de caixa	<u>26.168</u>	<u>-</u>	<u>26.168</u>
	<u>243.483</u>	<u>7.435</u>	<u>250.918</u>
		<u>Passivos mensurados ao custo amortizado</u>	
Passivos em 31 de dezembro de 2010			
Empréstimos			85.530
Obrigações de arrendamento financeiro			5.741
Fornecedores			24.653
Outras obrigações (excluindo obrigações estatutárias)			<u>162.686</u>
			<u>278.610</u>

Notas Explicativas**6. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS – CONSOLIDADO**

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou “impaired” pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Contas a receber de clientes		
Contrapartes sem classificação externa de crédito:		
Grupo 1 - ensino superior	226.211	185.456
Grupo 2 - educação básica	<u>40.689</u>	<u>64.586</u>
	<u>266.900</u>	<u>250.042</u>
Caixa, conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo:		
AAA	35.936	14.487
AA	-	10.420
A	2.038	3
Outros	<u>1.537</u>	<u>1.258</u>
	<u>39.511</u>	<u>26.168</u>

O saldo residual da rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” do balanço patrimonial é dinheiro em caixa.

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Títulos de dívida disponíveis para venda:		
AA	245.993	278
A	7.274	6.774
Outros	<u>416</u>	<u>383</u>
	<u>253.683</u>	<u>7.435</u>

- Grupo 1 - Clientes/partes relacionadas existentes provenientes dos produtos oferecidos no ensino superior.
- Grupo 2 - Clientes/partes relacionadas existentes provenientes dos produtos oferecidos na educação básica.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis, conforme a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>264</u>	<u>13</u>	<u>39.511</u>	<u>26.168</u>

Notas Explicativas**8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Os títulos e valores mobiliários incluem ativos financeiros classificados como disponível para venda, conforme a seguir:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Circulante		
Fundo de Renda Fixa (a)	836	-
Aplicação em Cotas de Fundo (b)	<u>235.745</u>	<u>-</u>
	236.581	-
Não Circulante		
CDB (c)	<u>17.102</u>	<u>7.435</u>
	<u>253.683</u>	<u>7.435</u>

O rendimento médio mensal no período findo em 30 de setembro de 2011 foi de 0,92% (em 30 de setembro 2010 – 0,98%), e o montante de receitas financeiras geradas foi de R\$ 503 (em período findo de 30 de setembro de 2010 - R\$ 460 e trimestre findo de setembro de 2010 R\$ 154) e trimestre findo de setembro de 2011 R\$ 124.

(a) Refere-se a aplicações financeiras em Fundo de Renda Fixo, com rendimentos atrelados à variação do CDI, com rendimento de 26,34% a 64,21% do CDI.

(b) Refere-se a aplicações financeiras em Cotas de Fundo, com rendimentos atrelados a 105% do CDI.

(c) São aplicações que não possuem liquidez imediata e foram classificadas como não circulantes. R\$ 8.010 estão vinculadas aos empréstimos ativos e R\$9.092 são aplicações de longo prazo. São todas aplicações financeiras em CDB, com rendimentos atrelados a 104% a 106% do CDI (em 30 de setembro de 2010 de 100% a 104,5 %). Os títulos e valores mobiliários classificados como ativos financeiros disponíveis para venda em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 são mantidos em reais.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos de dívida classificados como disponíveis para venda.

Nenhum desses ativos financeiros está vencido ou “impaired”.

Notas Explicativas**9. CONTAS A RECEBER – CONSOLIDADO**

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Ensino superior	226.210	173.301
Educação básica	<u>40.689</u>	<u>33.212</u>
	<u>266.899</u>	<u>206.513</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD):		
Ensino superior	(44.826)	(51.280)
Educação básica	<u>(7.272)</u>	<u>(6.967)</u>
	<u>(52.098)</u>	<u>(58.247)</u>
Contas a receber de clientes, líquidas	214.801	148.266
Ajuste a valor presente (a)	<u>(891)</u>	<u>(971)</u>
	<u>213.910</u>	<u>147.295</u>
Ativo circulante	<u>192.992</u>	<u>124.451</u>
Ativo não circulante (b)	<u>20.918</u>	<u>22.844</u>

(a) O Ajuste a Valor Presente - AVP é calculado somente sobre os saldos das contas a receber das coleções de livros, por meio do fluxo de caixa descontado, utilizando o Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC como taxa de desconto, em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, devido a Administração entender que é a taxa que melhor representa o custo de capital. À medida que ocorre a realização das contas a receber, o saldo classificado como AVP é reconhecido como receita financeira.

(b) Referem-se a renegociações e a créditos estudantis (Ensino Superior).

Os valores a receber da venda de livros foram, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva.

A partir de 31 de dezembro de 2010, foi estabelecido que somente as mensalidades de Ensino Superior vencidas até 360 dias permaneceriam nas contas a receber:

	<u>30/09/2011</u>
Baixa dos títulos vencidos há mais de 360 dias	28.460
Baixa de PCLD acumulada	(28.460)

A Companhia não possui operações de desconto de duplicata em 30 de setembro de 2011.

Em 30 de setembro de 2011, as contas a receber no montante de R\$109.289 (31 de dezembro de 2010 - R\$63.222) estavam totalmente adimplentes.

Em 30 de setembro de 2011, as contas a receber no montante de R\$104.620 (31 de dezembro de 2010 - R\$84.073) estavam vencidas, mas não “impaired”. Essas contas se referem a diversos clientes independentes que não possuem histórico de inadimplência recente.

A análise de vencimento dessas contas a receber de clientes líquidas está apresentada a seguir:

Notas Explicativas

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Até 3 meses	63.448	31.427
De 3 a 6 meses	17.606	31.006
De 7 a 12 meses	<u>23.566</u>	<u>21.640</u>
	<u>104.620</u>	<u>84.073</u>

Em 30 de setembro de 2011, as contas a receber no total de R\$52.098 (31 de dezembro de 2010 - R\$58.247) estavam “impaired” e provisionadas.

Em 30 de setembro de 2011, o saldo das contas a receber totalizava R\$213.910 (31 de dezembro de 2010 R\$147.295).

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Valores a vencer	109.793	64.439
Vencidos:		
Até 30 dias	18.950	19.231
Entre 31 e 60 dias	10.928	15.979
Entre 61 e 90 dias	22.807	9.259
Acima de 91 dias	104.421	97.605
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(52.098)	(58.247)
Ajuste a valor presente	<u>(891)</u>	<u>(971)</u>
	<u>213.910</u>	<u>147.295</u>

As movimentações na provisão para perdas de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	58.247
Baixa	(28.460)
Constituição	<u>22.311</u>
Saldo em 30 de setembro de 2011	<u>52.098</u>

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber “impaired” foram registradas no resultado do período na rubrica “Despesas com vendas” (nota explicativa nº29). A despesa com descontos foi registrada na rubrica “Dedução da receita”. Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação das informações financeiras é o valor contábil de cada classe de contas a receber supramencionada. A Companhia não mantém nenhuma garantia como título.

Notas Explicativas**10. ESTOQUES - CONSOLIDADO**

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Livros e coleções "Pitágoras"	7.659	11.066
Software educacional	4.838	5.010
Materiais para publicidade e outros	68	1.935
Livros comerciais	774	1.737
Matéria-prima	3.163	1.477
Outros	348	708
Provisão para perdas (a)	<u>(1.705)</u>	<u>(3.011)</u>
	<u>15.145</u>	<u>18.922</u>

- (a) A provisão para perdas prováveis sobre os estoques de livros e coleções anteriores é calculada com base na expectativa de realização destes. Parte desses estoques é utilizada pela equipe de captação de clientes e seu custo é apropriado ao resultado à medida que os livros são entregues às escolas em prospecção.

O custo dos estoques reconhecidos como custo dos produtos vendidos totalizou, no período findo em 30 de setembro de 2011, R\$17.719 (em 30 de setembro de 2010 - R\$13.119) e no trimestre findo em setembro de 2011, R\$3.266 (em 30 de setembro de 2010 - R\$5.031).

No período findo em 30 de setembro de 2011, a Companhia efetuou reversão para perda de estoque no valor de R\$1.306 (em 30 de setembro de 2010 - R\$654), relacionado a itens de estoque de coleções anteriores a 2010. No trimestre findo em 30 de setembro de 2011 o valor revertido foi de R\$1.426 (em 30 de setembro de 2010 - R\$1.719). Os valores relacionados à referida provisão foram registrados na rubrica "Custos de produtos vendidos", na demonstração do resultado.

A movimentação da provisão para perdas nos estoques está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	(3.011)
Estorno de provisão	<u>1.306</u>
Saldo em 30 de setembro de 2011	<u>(1.705)</u>

11. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES - CONSOLIDADO

<u>Campus</u>	<u>Fornecedor</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Campus Betim (a)	PFC Gestão Patrimonial	10.986	11.253
Campus Raja (a)	Construtora Almeida	4.710	5.837
Outros		<u>2.177</u>	<u>4.658</u>
		<u>17.873</u>	<u>21.748</u>
Circulante		<u>5.872</u>	<u>8.353</u>
Não circulante		<u>12.001</u>	<u>13.395</u>

- a) Consistem em antecipações a fornecedores para construção e manutenção dos prédios das unidades de ensino superior de Betim e Raja. Esses valores são classificados como recuperáveis no ativo circulante, pois serão compensados no pagamento mensal dos aluguéis e corrigidos mensalmente, conforme determinado em contrato.

Notas Explicativas**12. TRIBUTOS A RECUPERAR - CONSOLIDADO**

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Circulante		
IRPJ e CSLL a recuperar (a)	12.986	11.714
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS IV - parcelas de adesão (b)	3.222	1.912
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a recuperar	2.216	1.055
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a recuperar	179	290
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN a recuperar	336	224
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a recuperar	-	<u>22</u>
	<u>18.939</u>	<u>15.217</u>
Não circulante		
INSS a recuperar (c)	<u>4.128</u>	<u>4.693</u>
	<u>23.067</u>	<u>19.910</u>

- (a) Refere-se a saldo negativo a recuperar de IRPJ e CSLL, formado, principalmente, no exercício de 2010, sendo que deste total a empresa EDE participa com R\$ 7.914, IUNI com R\$1.259, a SPES teve retido na fonte de seu faturamento R\$1.233 e as demais empresas somadas tem R\$ 2.580 do saldo apresentado. Valores estes que poderão ser utilizados para compensar qualquer tributo federal administrado pela Receita Federal do Brasil.
- (b) Em abril de 2008, algumas controladas aderiram ao parcelamento regulamentado pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/07, denominado “Parcelamento das IES”. Posteriormente, as mesmas controladas resolveram abandonar essa modalidade de parcelamento e aderiram ao REFIS IV, instituído pela Lei nº 11.941/09. Até julho de 2011 a maior parte dos débitos a serem incluídos no parcelamento não foram consolidados, tendo a Cia. decisões judiciais favoráveis determinando que a Receita Federal efetive a consolidação do parcelamento e o órgão público já se manifestou formalmente no sentido de que cumprirá a determinação judicial. Assim que a RFB solucionar problemas sistêmicos controlaremos as parcelas de adesão ao REFIS IV no ativo.
- (c) Referem-se a retenções na fonte da prestação de serviços pela controlada SPES.
- (d) Como o “parcelamento das IES” ainda não tinha sido consolidado, todos os pagamentos de parcelas de adesão a esse programa de financiamento serão objeto de ressarcimento e/ou compensação com outros débitos tributários, de acordo com processos administrativos ou judiciais de iniciativa da Companhia, perante os órgãos competentes.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – CORRENTE E DIFERIDO**a) Imposto de renda e contribuição social no resultado**

O imposto de renda e a contribuição social diferem do valor teórico que seria obtido com o uso das alíquotas nominais de imposto de renda e contribuição social, aplicável ao lucro das entidades consolidadas, como segue:

Notas Explicativas

a.1) Controladora

	Período findo em <u>30/09/2011</u>	Trimestre findo em <u>30/09/2011</u>	Período findo em <u>30/09/2010</u>	Trimestre findo em <u>30/09/2010</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social do exercício	44.852	20.851	(17.527)	(10.296)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	<u>34</u>	<u>34</u>	<u>34</u>	<u>34</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	<u>(15.250)</u>	<u>(7.089)</u>	<u>5.959</u>	<u>3.500</u>
Reconciliação para a receita do imposto de renda e da contribuição social				
Equivalência patrimonial	16.228	7.785	(5.442)	(3.331)
Crédito tributário não constituído	<u>(1.177)</u>	<u>(895)</u>	<u>(517)</u>	<u>(169)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente no resultado do exercício	<u>(199)</u>	<u>(199)</u>	<u>---</u>	<u>---</u>

a.2) Consolidado

	Período findo em <u>30/09/2011</u>	Trimestre findo em <u>30/09/2011</u>	Período findo em <u>30/09/2010</u>	Trimestre findo em <u>30/09/2010</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social do exercício	49.398	21.581	(10.546)	(8.141)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	<u>34</u>	<u>34</u>	<u>34</u>	<u>34</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	<u>(16.795)</u>	<u>(7.337)</u>	<u>3.586</u>	<u>2.768</u>
Reconciliação para a receita do imposto de renda e da contribuição social				
Incentivo fiscal em controlada sujeita ao benefício ProUni (i)	18.419	4.883	6.463	4.895
Adições (exclusões) líquidas (ii)	(6.369)	(112)	(15.184)	(9.673)
Reversão de crédito tributário e complemento de anos anteriores	-	1.637	(1.338)	(94)
Crédito tributário não constituído (iii)	<u>---</u>	<u>---</u>	<u>(500)</u>	<u>(49)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente no resultado do exercício	<u>(2.703)</u>	<u>(482)</u>	<u>(6.147)</u>	<u>(2.414)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido no resultado do exercício	(2.042)	(447)	(826)	261
	<u>(4.745)</u>	<u>(929)</u>	<u>(6.973)</u>	<u>(2.153)</u>

(i) Corresponde a empresas que possuem isenção do imposto de renda e da contribuição social devido à adesão ao ProUni.

(ii) Corresponde à equivalência patrimonial e prejuízos individuais de controladas.

(iii) Esses valores estão relacionados a crédito tributário proveniente de reestruturação societária, que está sendo aproveitado na proporção de 1/120 meses.

As diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos incluídos nos registros contábeis, preparados de acordo com as IFRSs, foram reconhecidas como diferenças temporárias, para fins

Notas Explicativas

de contabilização dos impostos diferidos em contrapartida à despesa (ou receita) no resultado.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos diferidos, registrados substancialmente na controlada EDE, apresentam-se como segue:

	Consolidado	
	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Prejuízos fiscais de imposto de renda	4.771	5.171
Bases negativas de contribuição social	1.717	1.861
Diferenças temporárias (principalmente ágios)	<u>3.480</u>	<u>3.481</u>
	<u>9.968</u>	<u>10.513</u>

A Administração preparou estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis pelas empresas, no contexto das principais variáveis de seus negócios que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e a contribuição social sobre adições temporárias são decorrentes, principalmente, do ágio proveniente da incorporação pelo Pitágoras Apollo Internacional S.A. ("PAI") da Apollo do Brasil Participações Ltda. ("Apollo Brasil").

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração das empresas, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulante serão realizados nos seguintes anos:

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
2011	3.174	3.449
2012	1.235	1.504
2013	1.941	1.941
2014	2.608	2.608
2015	<u>1.010</u>	<u>1.011</u>
	<u>9.968</u>	<u>10.513</u>

Além desse ativo fiscal diferido, a Companhia possui em seus registros fiscais o montante de R\$19.093 a compensar (31 de dezembro de 2010 - R\$13.366), com lucros tributários futuros, ainda não registrado contabilmente, por não ser possível afirmar que sua realização é considerada provável.

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido das empresas controladas pela Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa de utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

Os saldos e a movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos e passivos, constituídos às alíquotas nominais, são demonstrados como segue:

Notas Explicativas

	<u>31/12/2010</u>	<u>Reconhecido no resultado</u>	<u>30/09/2011</u>
<u>No Ativo</u>			
Imposto de renda			
Prejuízos fiscais	5.171	(400)	4.771
Provisões temporárias			
Ágio por incorporação	1.989	-	1.989
Baixa do ativo diferido	<u>570</u>	<u>-</u>	<u>570</u>
	7.730	(400)	7.330
Contribuição social			
Base de cálculo negativa	1.861	(145)	1.716
Provisões temporárias			
Ágio por incorporação	716	-	716
Baixa do ativo diferido	<u>206</u>	<u>-</u>	<u>206</u>
	<u>2.783</u>	<u>(145)</u>	<u>2.638</u>
Ativo não circulante	<u>10.513</u>	<u>(545)</u>	<u>9.968</u>
<u>No Passivo</u>			
Imposto de renda diferido	1.189	1.101	2.290
Contribuição social diferido	<u>428</u>	<u>396</u>	<u>824</u>
Passivo não circulante	<u>1.617</u>	<u>1.497</u>	<u>3.114</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são provenientes do ágio, que é um ativo intangível de vida útil indefinida, na controlada SPES, sobre a aquisição do Colégio Cidade Jardim, posteriormente incorporado, tornando o ágio dedutível, para fins de imposto de renda e contribuição social. Os ativos intangíveis que não possuem vida útil definida não devem sofrer amortização; porém, esse ágio está sendo amortizado fiscalmente, reduzindo a base para recolhimento do imposto. Sobre o valor amortizado fiscalmente, foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos no valor de R\$1.210 (31 de dezembro de 2010 - R\$937).

Em agosto de 2010, a EDE incorporou algumas controladas diretas e passou a amortizar fiscalmente o ágio existente na proporção de 1/120 ao mês, registrando R\$1.904 de imposto de renda e contribuição social diferidos (Em 31 de dezembro de 2010 - R\$680).

c) Incentivos fiscais

O ProUni estabelece, por meio da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados impostos federais a instituições de ensino superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda, matriculados em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica. As empresas de ensino superior controladas da Companhia estão inseridas nesse programa.

Segundo a Instrução Normativa nº 456, de 5 de outubro de 2004, da Secretaria da Receita

Notas Explicativas

Federal, uma instituição de ensino superior privada que aderiu ao ProUni fica isenta, total ou parcialmente, dos seguintes impostos, durante o período em que o termo de adesão estiver em vigor:

- Imposto de renda e contribuição social com relação à parcela do lucro líquido proporcional às receitas provenientes de cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica.
- COFINS e PIS referentes às receitas provenientes dos cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica.

Devido à isenção desses tributos a quem adere ao ProUNI, as controladas que possuem prejuízo fiscal e base negativa não efetuam contabilização de créditos tributários. Os créditos tributários não constituídos em virtude do ProUni em 2011 representam R\$34.516.

Adicionalmente, as empresas que têm como atividade principal a comercialização de livros gozam do benefício do não recolhimento do PIS e da COFINS sobre as receitas provenientes da venda de livros no mercado interno, conforme estabelecido pelo artigo 28 da Lei nº 10.865/04. Essas empresas também gozam da não incidência do ICMS sobre a circulação de livros didáticos.

14. VALOR A RECEBER PELA VENDA DE ATIVO NÃO CIRCULANTE

Em setembro de 2011 houve a conclusão do processo iniciado em junho de 2011, sobre a venda do imóvel localizado na cidade do Rio de Janeiro, pelo valor líquido de R\$40.766.

O valor de venda possui o seguinte cronograma de recebimento:

Sinal (i)	5.000
1ª parcela (ii)	12.266
2ª parcela (iii)	11.750
3ª parcela (iv)	<u>11.750</u>
	<u>40.766</u>

(i) Parcela referente ao sinal recebido em junho de 2011, na data de assinatura do “Compromisso de compra e venda do imóvel”.

(ii) A 1ª parcela foi recebida em setembro de 2011, na data de assinatura da “Escritura definitiva de compra e venda do imóvel”.

(iii) Parcela a ser recebida 30 dias após a data de assinatura da Escritura, sem correção.

(iv) Parcela a ser recebida 60 dias após a data de assinatura da Escritura, sem correção.

De acordo com o cronograma de recebimento, a Companhia possui o direito de receber o valor de R\$23.500 dentro dos próximos 60 dias a partir de 30 de setembro de 2011.

O ganho gerado pela venda do imóvel tem a seguinte composição:

Notas Explicativas

Valor bruto	48.500
Desconto	<u>(7.734)</u>
Valor líquido	40.766
Custos com a transação	(2.244)
Baixa de imóvel e benfeitorias líquidos (i)	(25.477)
Baixa de ágio (ii)	(7.550)
Baixa de contingência de IPTU (iii)	<u>4.110</u>
Ganho gerado pela venda (iv)	<u>9.605</u>

(i) Saldo do imóvel e benfeitorias registrado no imobilizado, conforme nota explicativa nº 16.

(ii) Saldo de ágio registrado pela mais valia de ativo, conforme nota explicativa nº 17.

(iii) Baixa da provisão para perdas fiscais referente ao IPTU do imóvel sob discussão judicial, conforme nota explicativa nº 24.

(iv) Ganho gerado pela venda. Os saldos de receita e custo da operação estão registrados na demonstração do resultado do período na rubrica “Outras receitas operacionais” e “Outras despesas operacionais”, respectivamente.

15. INVESTIMENTO**a) Informação sobre investimentos da Controladora****Controlada EDE**

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Quantidade de cotas possuídas	843.569.174	843.569.174
Participação no capital social - %	100	100
Capital social	790.891	790.891
Patrimônio líquido	834.621	786.893
Lucro (prejuízo) do período/exercício	47.728	(28.131)
Saldo contábil do investimento (*)	834.621	765.427
Equivalência patrimonial	47.728	(28.131)

(*) O saldo contábil do investimento e o patrimônio líquido da controlada diferem devido à participação recíproca entre as empresas em 31 de dezembro de 2010. Em 30 de setembro de 2011, não há participação recíproca entre as empresas, ficando assim o saldo do investimento da controladora igual ao saldo do patrimônio líquido da controlada.

Notas Explicativas

A movimentação do investimento no período é como segue:

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Saldo inicial	765.427	793.415
Aumento de capital (i)	-	551
Resultado de equivalência patrimonial	47.728	(28.131)
Compra de ações para tesouraria	(4.704)	(3.304)
Outorga de plano de opção de ações	2.469	3.031
Cisão do plano de opções e ações em tesouraria (ii)	23.701	-
Outros	-	(135)
Saldo final	<u>834.621</u>	<u>765.427</u>

(i) A Companhia formalizou em setembro de 2011, o envio de recursos à controlada Ede para aumento de capital no valor líquido de R\$324.557, já descontados os saldos de ações em tesouraria e plano de opção de ações que a Ede possuía registradas em seu patrimônio, que originavam participação recíproca entre as partes.

(ii) Com a formalização do adiantamento para futuro aumento de capital enviado pela Companhia à Ede em setembro de 2011, houve a retirada dos saldos de ações emitidas pela Companhia que a Ede possuía em tesouraria e também a saída do plano de opção de ações da Ede para a Companhia, eliminando dessa forma os saldos de participação recíproca que existiam entre controladora e controlada.

a) Informações sobre investimentos em 30 de setembro de 2011 e de 31 de dezembro de 2010 - Participação da EDE nas suas controladas.

	<u>Quantidade de cotas possuídas</u>		<u>Capital social</u>		<u>Patrimônio líquido</u>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
ÁGORA	915.250	809.198	915	809	(213)	114
CEAMA (i)	1.100.000	-	1.100	-	(13.352)	-
FATEC	916.919	916.919	917	917	715	687
GK	920.095	471.168	920	471	299	(62)
INADE	1.174.539	1.000.000	1.175	1.000	2.840	2.647
ORME	23.756.323	19.563.840	23.756	19.564	10.245	12.804
PAX	7.076.972	7.076.972	7.077	7.077	9.433	6.522
PROJECTA EDE	10.234.275	9.233.336	10.234	9.233	6.260	4.951
PSSES	126.706.854	124.036.613	126.707	124.037	155.228	136.407
SPES	18.352.151	18.352.151	18.352	18.352	17.788	19.201
SUESC (ii)	-	24.762.598	-	24.763	-	15.052
UMEP	20.292.748	19.759.874	20.293	19.760	8.302	7.464
UNIÃO (iii)	3.200.000	-	3	-	(587)	-
UNILINHARES	8.670.535	8.157.757	8.671	8.158	6.628	6.831
IUNI (iv)	190.920.150	2.000.000	190.920	2.000	166.891	(73.755)
FAMA MARABÁ (iv)	291.900	291.900	292	292	(223)	(228)
UNIC PRIMAVERA ANTIGA (iv)	366.000	366.000	366	366	1.126	(61)
UNIC PRIMAVERA NOVA (iv)	1.457.000	1.457.000	1.457	1.457	4.904	2.009
UNIC ROO AE (iv)	150.000	150.000	150	150	4.399	3.267
UNIC ROO FP (iv)	2.847.631	2.111.703	2.848	2.112	317	(1.504)
UNIC SINOP (iv)	120.000	120.000	120	120	3.694	2.840
UNIC TANGARÁ NORTE (iv)	3.446.448	3.097.000	3.446	3.097	(372)	(1.278)
UNIC TANGARÁ SUL (iv)	3.236.010	3.236.010	3.236	3.236	1.792	541

Notas Explicativas

	<u>Quantidade de cotas possuídas</u>		<u>Capital social</u>		<u>Patrimônio líquido</u>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
UNIC VG (iv)	271.100	271.100	271	271	396	1.340
UNIME ITABUNA	5.329.858	5.069.000	5.330	5.069	8.462	2.889
UNIME SALVADOR (iv)	8.272.991	7.115.000	8.273	7.115	4.690	178
UNIME LF (iv)	27.429.224	23.718.026	27.429	23.718	12.192	(1.119)
FAMA MACAPÁ (iv)	4.153.364	40.000	4.153	40	4.505	(1.585)

	<u>Lucro (prejuízo) do período/exercício</u>		<u>Saldo contábil do investimento na controlada EDE</u>		<u>Equivalência patrimonial na controlada EDE</u>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
ÁGORA	(433)	(123)	(213)	114	(433)	(123)
CEAMA (i)	3.692		(13.352)		3.692	-
FATEC	28	4	715	687	28	4
GK	(86)	(241)	299	(62)	(86)	(241)
INADE	19	(685)	2.840	2.647	19	(685)
ORME	(6.752)	(430)	10.245	12.804	(6.752)	(430)
PAX	2.911	1.229	9.433	6.522	2.911	1.229
PROJECTA EDE	308	(1.004)	6.260	4.951	308	(1.004)
PSES	16.150	(11.628)	155.228	136.407	16.150	(11.628)
SPES	(1.413)	2.861	17.788	19.201	(1.413)	2.861
SUESC (ii)	-	(3.692)	-	15.052	-	(3.692)
UMEP	305	(211)	8.302	7.464	305	(211)
UNIÃO (iii)	596		(587)		596	-
UNILINHARES	(716)	(45)	6.628	6.831	(716)	(45)
IUNI (iv)	51.726	15.862	166.891	(73.755)	51.726	15.862
FAMA MARABÁ (iv)	5	(44)	(223)	(228)	5	(44)
UNIC PRIMAVERA ANTIGA (iv)	1.187	265	1.126	(61)	1.187	265
UNIC PRIMAVERA NOVA (iv)	3.447	932	4.904	2.009	3.447	932
UNIC ROO AE (iv)	4.249	2.514	4.399	3.267	4.249	2.514
UNIC ROO FP (iv)	1.085	319	317	(1.504)	1.085	319
UNIC SINOP (iv)	1.781	811	3.694	2.840	1.781	811
UNIC TANGARÁ NORTE (iv)	557	(70)	(372)	(1.278)	557	(70)
UNIC TANGARÁ SUL (iv)	2.671	772	1.792	541	2.671	772
UNIC VG (iv)	640	457	396	1.340	640	457
UNIME ITABUNA	5.312	949	8.462	2.889	5.312	949
UNIME SALVADOR (iv)	3.353	(538)	4.690	178	3.353	(538)
UNIME LF (iv)	9.539	2.711	12.192	(1.119)	9.539	2.711
FAMA MACAPÁ (iv)	1.977	673	4.505	(1.585)	1.977	673

(i) Em 18 de julho de 2011, a Ede adquiriu a totalidade das quotas de emissão da Ceama. A consolidação da adquirida ocorreu a partir do dia 1º de julho de 2011, portanto, possui 3 meses de resultado refletidos na Companhia.

(ii) A controlada Suesc foi vendida em 30 de abril de 2011, registrando uma perda de investimento de R\$3.221.

(iii) Em 14 de julho de 2011, a EDE adquiriu a totalidade das quotas de emissão da União. A consolidação da adquirida ocorreu a partir do dia 1º de julho de 2011, portanto, possui 3 meses de resultado refletidos na Companhia.

(iv) Lucro e equivalência a partir do mês de março de 2010 conforme descrito na nota explicativa nº 1.

Notas Explicativas**16. IMOBILIZADO - CONSOLIDADO**

	Taxa média anual de depreciação %	30/09/2011			31/12/2010		
		Custo	Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido
Equipamentos de informática	20	29.603	(18.554)	11.049	27.215	(14.947)	12.268
Móveis, equipamentos e utensílios	10	87.872	(29.633)	58.239	76.228	(24.049)	52.179
Biblioteca	10	47.039	(18.461)	28.578	42.873	(15.321)	27.552
Edificações e benfeitorias	4	108.749	(16.760)	91.989	112.100	(16.386)	95.714
Imobilizado em andamento	-	9.425	-	9.425	14.479	-	14.479
Terrenos	-	<u>21.174</u>	<u>-</u>	<u>21.174</u>	<u>21.174</u>	<u>-</u>	<u>21.174</u>
		<u>303.862</u>	<u>(83.408)</u>	<u>220.454</u>	<u>294.069</u>	<u>(70.703)</u>	<u>223.366</u>

A depreciação alocada às rubricas “custo dos serviços prestados” e “despesas administrativas” do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 foi de R\$17.450 (30 de setembro de 2010 - R\$23.416) e a do trimestre findo em 30 de setembro de 2011 foi de R\$ 5.686 (30 de setembro de 2010 - R\$2.950).

Os itens do ativo imobilizado não possuem evidência de que os custos registrados são maiores que os seus valores de recuperação.

A movimentação do imobilizado é demonstrada como segue:

	Equipamentos de informática	Móveis, equipamentos e utensílios	Biblioteca	Edificações e benfeitorias	Imobilizado em andamento	Terrenos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>12.268</u>	<u>52.179</u>	<u>27.552</u>	<u>95.714</u>	<u>14.479</u>	<u>21.174</u>	<u>223.366</u>
Adições	2.758	12.801	4.366	2.755	2.345	-	25.025
Adição proveniente das adquiridas (i)	215	529	606	20.206	-	-	21.556
Baixa proveniente da venda de controlada (ii)	(157)	(726)	(625)	-	-	-	(1.508)
Baixa proveniente da venda de imóvel (iii)	-	-	-	(25.477)	-	-	(25.477)
Demais baixas (iv)	-	(149)	-	(4.909)	-	-	(5.058)
Depreciação	(4.003)	(6.427)	(3.321)	(3.699)	-	-	(17.450)
Transferências	<u>(32)</u>	<u>32</u>	<u>-</u>	<u>7.399</u>	<u>(7.399)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldos em 30 de setembro de 2011	<u>11.049</u>	<u>58.239</u>	<u>28.578</u>	<u>91.989</u>	<u>9.425</u>	<u>21.174</u>	<u>220.454</u>

(i) Adição líquida referente às aquisições da Ceama e União ocorridas em julho de 2011, vide nota explicativa nº 15.

(ii) Baixa referente aos saldos da controlada Suesc vendida em abril de 2011.

(iii) Baixa correspondente ao saldo líquido de imóvel e benfeitorias, referente à venda do imóvel do Rio de Janeiro ocorrida em setembro de 2011.

(iv) O valor de R\$4.909. refere-se ao saldo líquido de benfeitorias de unidades de ensino superior,

Notas Explicativas

sendo elas: Centro e Guajajaras, e estrutura administrativa, todas localizadas em Belo Horizonte e que foram desativadas.

A Companhia arrenda equipamentos de informática por meio de contratos irrevogáveis sujeitos a encargos médios de 6,68% ao ano, contendo cláusula de opção de compra, cuja duração varia de 24 a 36 meses. Os equipamentos são de propriedade da Companhia. Em 30 de setembro de 2011, o saldo de arrendamentos totalizava R\$6.181 (em 31 de dezembro de 2010 - R\$5.741).

17. INTANGÍVEL - CONSOLIDADO

	<u>Softwares</u>	<u>Ágio pago em aquisições (a)</u>	<u>Desenvolvimento de projetos internos (b)</u>	<u>Carteira de clientes (c)</u>	<u>Total</u>
Custo total	23.201	501.339	78.250	28.069	630.859
Amortização acumulada	<u>(6.373)</u>	<u>(12.521)</u>	<u>(9.197)</u>	<u>(5.614)</u>	<u>(33.705)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>16.828</u>	<u>488.818</u>	<u>69.053</u>	<u>22.455</u>	<u>597.154</u>
Adições	5.392	49.937	2.454	-	57.783
Adição proveniente de adquiridas (i)	22	-	-	-	22
Baixas (ii)	(5)	(7.550)	(385)	-	(7.940)
Amortização	<u>(3.653)</u>	<u>-</u>	<u>(5.851)</u>	<u>(4.210)</u>	<u>(13.714)</u>
Saldos em 30 de setembro de 2011	<u>18.584</u>	<u>531.205</u>	<u>65.271</u>	<u>18.245</u>	<u>633.305</u>
Custo total	28.783	543.726	80.272	28.069	680.850
Amortização acumulada	<u>(10.199)</u>	<u>(12.521)</u>	<u>(15.001)</u>	<u>(9.824)</u>	<u>(47.545)</u>

(i) Adição líquida referente às aquisições da Ceama e União ocorridas em julho de 2011, vide nota explicativa nº 15.

(ii) A baixa do saldo de R\$7.550 refere-se à venda do imóvel da cidade do Rio de Janeiro, ocorrida em setembro de 2011. Os demais saldos correspondem à venda da controlada Suesc ocorrida em abril de 2011.

A amortização alocada ao custo dos serviços prestados e às despesas administrativas do período findo em 30 de setembro de 2011 foi de R\$13.714 (em 30 de setembro de 2010 - R\$9.321), e a do trimestre findo em 30 de setembro de 2011 foi de R\$4.945 (em 30 de setembro de 2010 - R\$3.818).

(a) Ágio pago em aquisição de controladas

O ágio decorrente da diferença entre o valor pago na aquisição de investimentos em controladas e o valor justo dos ativos e passivos (para aquisições após 1º de janeiro de 2009) é classificado no ativo intangível nas informações financeiras consolidadas.

A composição do ágio pago em aquisições de controladas e incorporadas é composto por:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Aesg (i) (vi)	-	-	2.209	2.209
Ceama (ii)	-	-	41.387	-
Cidade Jardim (iii)	-	-	6.889	6.889
Ede (iv)	59.450	59.450	59.450	59.450

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Factef (i) (vi)	-	-	5.423	5.423
Fadom (i) (vi)	-	-	9.358	9.358
Fatec (i)	-	-	305	305
GK (i)	-	-	500	500
Japi (i) (vi)	-	-	3.809	3.809
Nabec (i) (vi)	-	-	130	130
São Francisco (i) (vi)	-	-	928	928
Sesg (i) (vi)	-	-	1.819	1.819
Suesc (i)	-	-	-	7.550
Umep (i)	-	-	11.550	11.550
Unilinhares (i)	-	-	10.477	10.477
União (ii)	-	-	8.550	-
Uniminas (i) (vi)	-	-	20.030	20.030
Iuni (v)	-	-	271.197	271.197
Fama Marabá (i)	-	-	254	254
Fama Macapá (i)	-	-	8.007	8.007
Unic Primavera Antiga (i)	-	-	3.457	3.457
Unic Primavera Nova (i)	-	-	7.673	7.673
Unic Roo AE (i)	-	-	8.848	8.848
Unic Roo FP (i)	-	-	2.780	2.780
Unic Sinop (i)	-	-	2.666	2.666
Unic Tangará do Norte (i)	-	-	8.084	8.084
Unic Tangará do Sul (i)	-	-	8.792	8.792
Unic Várzea Grande	-	-	(197)	(197)
Unime Itabuna (i)	-	-	15.700	15.700
Unime Salvador (i)	-	-	11.130	11.130
	<u>59.450</u>	<u>59.450</u>	<u>531.205</u>	<u>488.818</u>

- (i) Refere-se aos ágios registrados nas aquisições de faculdades, com fundamentação em expectativas de rentabilidade futura, exceto Suesc, registrado basicamente em virtude da mais-valia do ativo imobilizado, baixado em setembro de 2011, conforme nota explicativa nº 14.
- (ii) Refere-se aos ágios registrados nas aquisições em julho de 2011 e que ainda não foram avaliados e alocados de acordo com o CPC 15 – Combinação de negócios, conforme nota explicativa nº 32.
- (iii) Refere-se a ágio registrado no aumento da participação da PSES, no Colégio Pitágoras Cidade Jardim S.A., o qual foi incorporado pela PSES em outubro de 2003. Em janeiro de 2007, esse ágio foi transferido para a SPES, em virtude da aquisição do Colégio Cidade Jardim.
- (iv) O saldo de R\$7.191 refere-se a ágio registrado originalmente na Apollo Partners, em virtude da aquisição de cotas da EDE detidas pela Apollo Europe. Na reestruturação societária, ocorrida no segundo trimestre de 2007, houve incorporação reversa da Apollo Partners pela EDE para aproveitamento fiscal do ágio e, em linha com as diretrizes da Instrução CVM nº 349/01, foi constituída provisão na incorporada, no montante da diferença entre o valor do ágio e o benefício fiscal decorrente de sua amortização. Na conclusão do processo de

Notas Explicativas

reestruturação, o ágio foi recomposto na controladora em consonância com a Instrução CVM nº 349/01. O restante do saldo, no valor de R\$52.259 refere-se ao ágio gerado na troca de ações ocorrida em setembro de 2010, entre os sócios da Companhia e os sócios do Iuni, que tornou a EDE subsidiária integral da Companhia.

- (v) Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 refere-se ao ágio gerado na aquisição do Iuni, representado pelo pagamento de R\$188.859 em caixa e 4.200.000 “units” da Companhia, deduzidos dos valores atribuídos a carteira de clientes e a mais valia do imobilizado, conforme aplicação do CPC 15 – Combinação de negócios.
- (vi) Controladas incorporadas pela EDE em 1º de agosto de 2010.

Testes do ágio para verificação de “impairment”

O ágio é alocado às UGCs, identificadas de acordo com o segmento operacional.

Segue um resumo da alocação do ágio por nível de segmento operacional:

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Educação básica	59.450	59.450	63.339	63.339
Ensino superior	-	-	467.866	425.479
	<u>59.450</u>	<u>59.450</u>	<u>531.205</u>	<u>488.818</u>

Os ágios foram submetidos ao teste de redução ao valor recuperável (“impairment”) e não foi identificada necessidade de ajustes aos valores dos ágios.

A metodologia utilizada na avaliação foi a do fluxo de caixa descontado (rentabilidade futura), determinando as UGCs pela Companhia, para avaliar a recuperação dos ágios, que correspondem a cada uma das faculdades. O cálculo considera cinco anos de projeção, adicionando um valor de perpetuidade com crescimento real de 3,0% ao ano. A taxa de desconto nominal utilizada foi de 19,6% ao ano.

As premissas utilizadas na projeção consideram o número médio de alunos dos campi, com crescimento médio de 19% ao ano, suportado pela abertura de novos cursos.

- (b) Desenvolvimento de projetos internos

	Consolidado	
	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Novas unidades e novos cursos (i)	45.607	50.077
Sistema Universitário Pitágoras (ii)	5.899	6.621
Novos contratos - Rede (iii)	6.651	7.287
Ensino a distância (iv)	2.965	3.233
Avaliação ensino superior (v)	1.696	1.835
Produção de conteúdo (vi)	<u>2.453</u>	-
	<u>65.271</u>	<u>69.053</u>

Notas Explicativas

(i) Refere-se aos gastos incorridos com:

- Abertura das unidades Ipatinga, Betim, São Luís, Poços de Caldas, Uberlândia, Guarapari, Votorantim, Feira de Santana, Contagem, Governador Valadares e expansão dos campi de Venda Nova, Cidade Jardim, Guajajaras e Centro, na cidade de Belo Horizonte, e Contagem.
- Investimentos em lançamento de novos produtos.
- Infraestruturas operacional e tecnológica adicionais, que são requeridas pelo Ministério da Educação - MEC, para garantir a operação do ensino superior.
- Desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI com detalhamento de todos os cursos a serem protocolados no MEC e gastos incorridos no processo de credenciamento de novos campi e cursos.

(ii) Refere-se a gastos incorridos com a concepção e o desenvolvimento de metodologias acadêmica (guia para os alunos e professores e sistemas de avaliação) e operacional (manual de operações), para garantir o crescimento do Sistema Universitário Pitágoras.

(iii) Refere-se aos gastos incorridos com o desenvolvimento de produtos a serem vendidos pela Rede Católica e Rede Pitágoras.

(iv) Refere-se aos gastos incorridos com a concepção e o desenvolvimento do novo negócio de educação a distância, com o objetivo de oferecer ensino superior semipresencial e via internet em diversas localidades do País.

(v) Refere-se a gastos incorridos no desenvolvimento de um novo produto e metodologia para avaliação de ensino superior, oferecido pela controlada INADE.

(vi) Refere-se aos gastos incorridos no desenvolvimento de conteúdo educacional das apostilas do sistema de ensino Pitágoras. Material ainda em desenvolvimento. Não há amortização.

c) Carteira de clientes

Parte do ágio pago na compra da IUNI foi alocada à carteira de clientes, após análise dos ativos adquiridos e cálculo de projeção de ganho futuro. O custo foi de R\$28.069 e a amortização acumulada até 30 de setembro de 2011 é de R\$9.824, e está sendo amortizado em cinco anos, prazo máximo estimado de geração de caixa da carteira adquirida.

18. FORNECEDORES – CONSOLIDADO

No consolidado, o saldo de fornecedores é composto por serviços e produtos necessários à produção e comercialização de livros didáticos da coleção Pitágoras, que são distribuídos aos colégios da rede de educação básica por fornecedores de materiais e serviços para os nossos cursos de ensino superior e por consultorias voltados para área de educação.

Notas Explicativas**19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS – CONSOLIDADO**

a) Composição do saldo de empréstimos e financiamentos

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Moeda nacional		
BDMG (i)	8.647	10.912
Capital de giro (ii)	2.033	74.618
Arrendamento mercantil (iii)	<u>5.314</u>	<u>5.741</u>
	<u>15.994</u>	<u>91.271</u>
Passivo circulante	7.516	34.046
Passivo não circulante	<u>8.478</u>	<u>57.225</u>

- (i) Refere-se ao financiamento provido com recursos do Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento FINDES, obtido do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG, para expansão das operações de ensino superior. O recurso obtido foi investido em livros, móveis, máquinas, equipamentos de laboratórios e informática e obras civis e infraestruturas de logística e tecnologia de informação.

O valor total do financiamento é de R\$15.000, com juros de 6% ao ano e atualização pelo IPCA (2009 - 4,31%; 2008 - 5,90%; 2007 - 4,46%), carência de 24 meses a partir de dezembro de 2006 e amortização em 60 meses. Em caso de adimplência das 12 primeiras parcelas, a taxa de juros será reduzida a 4% ao ano.

O contrato não requer a manutenção de índices financeiros “covenants”.

- (ii) Refere-se a empréstimo para capital de giro. Os encargos financeiros contratados estão atrelados a taxa pré-fixada de 9,5% ao ano. .
- (iii) Certos equipamentos foram arrendados por meio de contratos irretratáveis sujeitos a encargos de 6,68% ao ano, contendo cláusula de opção de compra, cuja duração varia de 24 a 36 meses. A data da última parcela do empréstimo ocorrerá em junho de 2013 Os contrato não requerem a manutenção de índices financeiros “covenants”.

Em julho e agosto de 2011, a Companhia liquidou dos empréstimos de capital de giro, no montante de R\$ 71.784.

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Ano de vencimento:		
2012	1.986	31.788
2013	4.310	20.586
2014	683	1.315
2015	644	1.343
2016	380	833
2017	380	833
2018	<u>95</u>	<u>527</u>
	<u>8.478</u>	<u>57.225</u>

Notas Explicativas

b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>91.271</u>
Adições	43.513
Adição proveniente de adquiridas (i)	3.034
Juros provisionados	6.519
Baixa proveniente da venda da SUESC	(20)
Amortização de encargos	(7.232)
Amortização de principal (ii)	<u>(121.091)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2011	<u>15.994</u>

(i) Adição referente aos saldos das controladas Ceama e União adquiridas em julho de 2011.

(ii) Com a captação de recursos provenientes da emissão de ações da Companhia, todos os passivos onerosos foram quitados, ficando em aberto somente aqueles que a Administração da Companhia entende que tenham baixo custo de capital.

c) Arrendamentos financeiros

As obrigações de arrendamento financeiro são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido ao arrendador no caso de inadimplência.

20. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS - CONSOLIDADO

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Salários a pagar	8.933	6.437
INSS a recolher	5.780	6.516
FGTS a recolher	2.029	2.679
IRRF a recolher	4.693	3.388
Provisão de férias	12.864	12.874
Provisão de 13º salário	11.682	-
Encargos sobre provisões	7.738	3.802
Outros	<u>3.652</u>	<u>4.195</u>
	<u>57.371</u>	<u>39.891</u>

As provisões de salários e encargos foram registradas no resultado do período nas rubricas “Custos dos serviços prestados”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

Notas Explicativas

A movimentação do saldo de salários e encargos sociais está demonstrada a seguir:

	<u>Provisão de férias</u>	<u>Provisão de 13º salário</u>	<u>Provisão de encargos</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro 2010	12.874	-	3.802	16.676
Adições	108.936	56.719	54.913	220.568
Pagamentos	<u>(108.946)</u>	<u>(45.037)</u>	<u>(50.977)</u>	<u>(204.960)</u>
Saldo em 30 de setembro 2011	<u>12.864</u>	<u>11.682</u>	<u>7.738</u>	<u>32.284</u>

21. ADIANTAMENTO DE CLIENTES - CONSOLIDADO

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Recebimentos antecipados por matrículas e mensalidades (a)	<u>8.309</u>	<u>6.089</u>

(a) Os recebimentos antecipados por conta de matrículas e/ou mensalidades do ano letivo que se inicia são apropriados à receita ao longo do exercício à medida que os serviços forem prestados.

22. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES PARCELADOS - CONSOLIDADO

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Refis IV (a)	41.612	40.893
Parcelamentos do INSS (b)	5.783	6.635
Parcelamentos municipais (c)	<u>4.247</u>	<u>4.870</u>
	<u>51.642</u>	<u>52.398</u>
Circulante	<u>8.080</u>	<u>7.090</u>
Não circulante	<u>43.562</u>	<u>45.308</u>

(a) REFIS IV

Em 27 de maio de 2009, por meio da Lei nº 11.941, e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09, a Receita Federal do Brasil instituiu o Programa de Parcelamento Especial, chamado “REFIS IV”. A opção pelos parcelamentos de que trata essa Lei importa confissão irrevogável e irretroatável dos débitos em nome do sujeito passivo na condição de contribuinte para compor os referidos parcelamentos e configura confissão extrajudicial. Esse programa permite o parcelamento, em até 180 meses, de dívidas tributárias existentes vencidas até 30 de novembro de 2008, bem como débitos originados de autuações lavradas pela Secretaria da Receita Federal, sendo obrigatória a desistência de eventual discussão judicial sobre tais débitos.

Esse parcelamento prevê, entre outros: (i) o abatimento de determinado percentual dos valores devidos de multa e juros, dependendo do prazo de pagamento a ser determinado pelas controladas da Companhia; e (ii) a utilização do saldo de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa da contribuição social dos valores remanescentes de multa e juros.

Notas Explicativas

As controladas formalizaram a opção pelo parcelamento entre os meses de setembro e novembro de 2009, em até 180 meses, e até esta data veem cumprindo os requisitos legais para a manutenção do referido programa, onde a maior parte do parcelamento ainda não foi consolidado por falta e/ou problemas de sistemas informatizados da RFB e PGFN. A Cia. obteve decisões judiciais favoráveis determinando a consolidação do parcelamento e a Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional nos responderam formalmente que irão cumprir tal decisão e que aguardam uma solução sistêmica para que possam realizar a consolidação do REFIS IV.

O programa de parcelamento fiscal abrange os débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, inclusive saldo remanescente dos débitos consolidados no REFIS e Parcelamento Excepcional - PAEX, e os parcelamentos previstos no artigo 38 da Lei nº 8.212/91 e no artigo 10 da Lei nº 10.522/02.

Os débitos das controladas inseridas nesse novo programa de parcelamento são, principalmente, provenientes de INSS e saldos remanescentes de parcelamentos anteriores, que incluem IRPJ, CSLL, IRRF, PIS e COFINS. Na data de 30 de setembro de 2011, o montante atualizado da dívida que compõe o parcelamento está demonstrado no quadro a seguir:

Dívida integral constituída	63.052
Redução de multa, juros e encargos legais conforme adesão ao parcelamento	(13.440)
Amortização com utilização de Prejuízo Fiscal e Base Negativa da CS no abatimento de multa e juros	<u>(8.000)</u>
	<u>41.612</u>
Circulante	<u>2.763</u>
Não Circulante	<u>38.849</u>

O parcelamento está constituído em 180 parcelas mensais, restando em 30 de setembro de 2011 até 157 parcelas a serem pagas. O saldo a pagar do parcelamento é corrigido mensalmente pela variação da taxa SELIC, tendo sido pago até 30 de setembro de 2011 o montante de R\$3.222 de parcelas de adesão antes da consolidação e;

Em 30 de setembro de 2011, os efeitos líquidos reconhecidos estão apresentados a seguir:

<u>Controlada</u>	<u>Tributo parcelado</u>	<u>Valor</u>
Unime LF	INSS, IRPJ, CSLL, IRRF, PIS e COFINS	23.950
Iuni	INSS, IRPJ, CSLL, IRRF, PIS e COFINS	10.874
Fama Macapá	INSS, IRPJ, CSLL, IRRF, PIS e COFINS	2.219
Unic Tangará Sul	INSS, IRPJ, CSLL, IRRF, PIS e COFINS	1.117
Unic Tangará Norte	INSS, IRRF	839
Unic Primavera Nova	INSS, IRRF	732
Unic Primavera Antiga	INSS, IRRF	616
Unime Itabuna	IRPJ, CSLL, IRRF e COFINS	444
Unic Sinop	INSS, IRPJ, CSLL e IRRF	320
Unime Salvador	IRPJ, CSLL, IRRF, PIS e COFINS	272
Unic Roo AE	IRPJ, CSLL e IRRF	143
Unic Roo FP	INSS, IRRF, PIS e COFINS	<u>86</u>
Total circulante e não circulante		<u>41.612</u>

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2011, os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<u>Valor</u>
2012	796
2013	3.182
2014	3.182
2015	3.182
2016	3.182
2017	3.182
2018	3.182
2019	3.182
2020	3.182
2021	3.182
2022	3.182
2023	3.182
2024	<u>3.051</u>
	<u>38.849</u>

O valor de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, utilizado para liquidação dos débitos, é de R\$8.000 em 30 de setembro de 2011.

(b) Parcelamentos do INSS

(i) Iuni

Existem duas modalidades de parcelamentos em andamento para o INSS:

PAEX artigo 1º: Refere-se a saldo remanescente do REFIS do ano 2000. Foi consolidado em 130 parcelas e começou a ser pago em setembro de 2006. Restam 55 parcelas de R\$41, reajustadas mensalmente pela Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP mensal.

Parcelamento ordinário: Refere-se a INSS não recolhido dos exercícios de 2008 e de 2009. O parcelamento foi feito em 60 parcelas que começaram a ser quitadas em novembro de 2009. Cada parcela tem o valor de R\$44, restando 37 parcelas, reajustadas pela SELIC mensal.

(ii) Unime Lauro de Freitas

Parcelamento ordinário: Refere-se a INSS não recolhido dos exercícios de 2008 e de 2009. Eram 60 parcelas em setembro de 2009, restando 35 parcelas de R\$36, reajustadas pela SELIC mensal.

(iii) Demais controladas

As demais controladas Unime Itabuna, Unic Roo FP, Fama Macapá, Unime Salvador, Unic Tangará Norte e Unic Roo AE possuem parcelamentos de competência de débitos dos anos 2008 e 2009, que somados possuem o valor de R\$640 com prazos e parcelas diferenciados entre si.

Notas Explicativas

(c) Parcelamentos municipais

(i) Iuni

Referem-se a autos de infração de ISSQN de abril de 2008 a junho de 2009. O débito total foi parcelado em 36 parcelas, restando, em 30 de setembro de 2011, 14 parcelas a pagar no valor de R\$71, que são reajustadas anualmente pelo IPCA.

(ii) Unime Lauro de Freitas

Referem-se a saldos de parcelamento de autos de infração ocorridos entre janeiro de 2002 e julho de 2007, referentes a ISSQN. Em 30 de setembro de 2011, o saldo em aberto a pagar é de R\$1.558. A empresa possui convênio com o município de Lauro de Freitas - BA, para quitar em até 90% o saldo devedor com bolsas de estudos.

(iii) Demais controladas

As demais controladas Unic Primavera Nova e Unic Primavera Antiga, Unic ROO AE, Unic ROO FP e Ceama possuem parcelamentos que somados totalizam R\$1.695 com prazos e parcelas diferenciados entre si.

A seguir a movimentação dos parcelamentos fiscais:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>52.398</u>
Adição	1.340
Adição por aquisição	12.551
Ganho anistia fiscal (i)	(454)
Atualização de juros	1.614
Amortizações e baixas	(3.433)
Amortizações de adquirida (ii)	<u>(12.374)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2011	<u>51.642</u>

(i) Projeção de ganho com a consolidação parcial do Refis. Valor a ser confirmado após cumprimento de decisão judicial.

(ii) Refere-se ao pagamento de parte do parcelamento registrado na adquirida Ceama realizado em agosto de 2011.

Notas Explicativas**23. CONTAS A PAGAR – AQUISIÇÕES - CONSOLIDADO**

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Circulante		
Aquisição da AESG e da SESG	-	26
Aquisição da CBTA	-	16
Aquisição da CEAMA	4.785	-
Aquisição da FATEC	-	37
Aquisição da SÃO FRANCISCO	-	34
Aquisição da UNIÃO	641	-
Aquisição da UNIC TANGARA SUL	1.838	1.747
Aquisição do imóvel em Ipatinga	2.276	2.089
Aquisição do imóvel em Rondonópolis	<u>-</u>	<u>205</u>
	9.540	4.154
Não circulante		
Aquisição da CBTA	281	252
Aquisição da CEAMA	9.569	-
Aquisição da UCES	744	684
Aquisição da UNIÃO	2.563	-
Aquisição da UNIC TANGARÁ SUL	1.214	2.611
Aquisição do imóvel em Ipatinga	<u>1.263</u>	<u>2.949</u>
	<u>15.634</u>	<u>6.496</u>
	<u>25.174</u>	<u>10.650</u>

A movimentação das contas a pagar - aquisições são demonstradas como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>10.650</u>
Adições do período (i)	36.255
Atualização de juros (ii)	1.004
Amortizações e baixas	(3.822)
Amortizações e baixas de adquiridas (iii)	<u>(18.913)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2011	<u>25.174</u>

(i) As adições são provenientes das adquiridas em julho de 2011. O preço de venda definido em contrato para a Ceama foi de R\$28.405 e para a União foi de R\$ 7.850.

(ii) Dos juros incorridos durante os nove meses de 2011, R\$215 são das adquiridas em julho de 2011, União e Ceama.

(iii) A amortização referente às adquiridas em julho de 2011 foi de R\$4.710 correspondente à União e R\$14.203 correspondente à Ceama, pagas no momento da celebração do contrato.

Notas Explicativas

As parcelas registradas no passivo não circulante vencerão como segue:

Ano de vencimento:	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
2012	3.502	4.499
2013	5.425	1.997
2014	5.425	-
2015	641	-
2016	<u>641</u>	<u>-</u>
	<u>15.634</u>	<u>6.496</u>

23 PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS – CONSOLIDADO

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos. Em decorrência desses processos judiciais, foram realizados depósitos judiciais que podem ser recuperados com o julgamento das causas em favor da Companhia e de suas controladas ou utilizados para pagamento no caso de julgamentos desfavoráveis.

	<u>30/09/2011</u>			<u>31/12/2010</u>		
	<u>Desembolso</u> <u>Estimado</u>	<u>Depósitos</u> <u>judiciais</u>	<u>Saldo</u> <u>líquido</u>	<u>Desembolso</u> <u>Estimado</u>	<u>Depósitos</u> <u>judiciais</u>	<u>Saldo</u> <u>líquido</u>
Tributárias (a)	24.248	(5.885)	18.363	12.496	(7.155)	5.341
Trabalhista (b)	14.686	(2.778)	11.908	16.162	(1.698)	14.464
Cíveis (c)	1.646	(77)	1.569	1.783	(27)	1.756
	<u>40.580</u>	<u>(8.740)</u>	<u>31.840</u>	<u>30.441</u>	<u>(8.880)</u>	<u>21.561</u>

- (a) A empresa adquirida em São Luis-MA trouxe um acréscimo de R\$15.671 referente a discussões administrativas referente a isenção de tributos federais conforme regras do Prouni, a IUNI discute judicialmente cobrança de tributos decorrentes do período de imunidade referente à contribuição social vinculada ao FGTS, conforme a Lei Complementar nº 110/01, no valor de R\$3.021, e ao PIS sobre folha, no valor de R\$2.864. Há também discussão administrativa quanto a três autos de infração de FGTS cujo saldo é de R\$1.489.

As demais provisões no valor de R\$1.203 são de outros tributos, discutidos nas esferas administrativas e judiciais referentes às demais controladas da Companhia.

- (b) Em 30 de setembro de 2011, a Companhia e suas controladas figuravam no pólo passivo de aproximadamente 484 ações de natureza judicial trabalhista, incluindo a contingência decorrente de nossas aquisições. As ações em sua maioria referem-se a reclamações trabalhistas provenientes de funcionários e professores desligados da Companhia, substancialmente requerendo horas extras, reduções de carga horária, intervalo intra jornada de trabalho, diferenças salariais e reflexos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, 13º salário e férias e um terço constitucional. Até o momento para a maioria das ações não houve decisão em 1ª instância.

Notas Explicativas

(c) Em 30 de setembro de 2011, a Companhia e suas controladas figurava como parte passiva em 1.441 ações judiciais de natureza cível e de uma maneira geral, os processos cíveis dos quais figuramos como réus versam sobre ações ajuizadas por alunos e ex-alunos perante os Juizados Especiais Cíveis e Justiça Comum, em sua grande maioria com pedidos de indenização por danos morais sob a alegação de termos impedido o acesso do aluno em nossas dependências com base na Lei 9.870/99 (Lei de Mensalidades Escolares). Entendemos que as ações cíveis nas quais somos réus não são relevantes a ponto de poder impactar adversamente e de maneira significativa em nossos resultados.

As provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis têm como base para registro contábil a totalidade dos valores dos processos classificados como prováveis de acordo com opiniões de consultores jurídicos e as contingências tributárias são atualizadas utilizando a taxa SELIC.

A movimentação das referidas provisões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 estão demonstradas a seguir:

	<u>Tributárias</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	12.496	16.162	1.783	30.441
Adições	404	1.638	284	2.327
Adição proveniente de adquiridas (i)	15.824	227	-	16.050
Baixa de IPTU (ii)	(4.110)	-	-	(4.110)
Pagamentos e baixas	<u>(366)</u>	<u>(3.341)</u>	<u>(421)</u>	<u>(4.128)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2011	24.248	14.686	1.646	40.580
Saldo de depósitos judiciais	<u>(5.885)</u>	<u>(2.778)</u>	<u>(77)</u>	<u>(8.740)</u>
Saldo líquido em 30 de setembro de 2011	<u>18.363</u>	<u>11.908</u>	<u>1.569</u>	<u>31.840</u>

- (i) Adição proveniente da aquisição das controladas União e Ceama ocorrida em julho de 2011.
- (ii) Em setembro de 2011 foi realizada venda do imóvel situado na cidade do Rio de Janeiro e o passivo tributário relativo a discussão de IPTU vinculado a este bem foi baixado, pois por força de contrato o adquirente do imóvel será o responsável por continuar impugnando a cobrança.

Perdas possíveis (contingências)

A Companhia possui ações de naturezas tributárias, trabalhistas e cíveis envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	<u>Tributárias</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	69.743	5.798	2.470	78.011
Adições	5.596	1.434	2.159	9.189
Amortizações e baixas	<u>(6.000)</u>	<u>(567)</u>	<u>(332)</u>	<u>(6.899)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2011	<u>69.339</u>	<u>6.665</u>	<u>4.297</u>	<u>80.301</u>

Do total de processos administrativos e/ou judiciais tributários, 32 processos estão vinculados ao período em que o IUNI gozou da condição de entidade filantrópica. Tais processos foram originados

Notas Explicativas

de autuações fiscais lavradas pela Receita Federal do Brasil, em razão do não recolhimento de contribuições previdenciárias (cota patronal, SAT/RAT e terceiros) para o Instituto Nacional do Seguro Social, ou INSS, bem como de outros tributos (COFINS e PIS), sendo em 30 de setembro de 2011 o montante de R\$68.814 são avaliados por nossos consultores legais como perda possível.

Devido do Contrato de Compra e Venda do IUNI, celebrado em 12 de março de 2010, entre a Companhia e o vendedor do IUNI, foram constituídos R\$95 milhões (saldo em 30 de setembro de 2011) em garantias para as contingências tributárias acima referidas decorrentes ao período em que o IUNI gozou da condição de entidade filantrópica relativamente às possíveis cobranças de tributos deste período.

24 DEMAIS CONTAS A PAGAR – CONSOLIDADO

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Circulante		
Repasso da carteira de alunos – compra da controlada IUNI (a)	5.485	4.701
Depósitos não identificados	<u>1.798</u>	<u>2.047</u>
	<u>7.283</u>	<u>6.748</u>
Não Circulante		
Parcela caução – compra da Uniminas (b)	3.755	3.755
Venda da controlada Suesc (c)	<u>1.955</u>	<u>-</u>
	<u>5.710</u>	<u>3.755</u>
	<u>12.993</u>	<u>10.503</u>

- (a) Conforme o previsto em contrato de compra do IUNI, ocorrida em março de 2010, toda a carteira acima de 180 dias nessa data são cobrados e recebidos pela Companhia e repassados ao ex-controlador do IUNI.
- (b) Refere-se a obrigações relacionadas à compra da Uniminas, previstas no contrato de compra e venda. O saldo é composto de créditos estudantis recebidos dos alunos e retidos a título de caução. O vencimento ocorrerá em 2013.
- (c) O valor a receber pela venda da Suesc está vinculado ao saldo remanescente do passivo fiscal do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), conforme decisão final a ser proferida no âmbito do processo de execução fiscal ajuizado pelo Município do Rio de Janeiro. Se favorável, a Companhia tem o direito de receber o valor acordado entre as partes. Em caso desfavorável, a Companhia pagará a diferença entre o preço definido em contrato e o valor da causa. O valor a receber está registrado na rubrica “demais contas a receber” do ativo circulante. Ambos os saldos, em 30 de setembro de 2011, são de R\$1.955, corrigidos mensalmente.

25 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia totaliza em 30 de setembro de 2011 é de R\$1.232.361 (31 de dezembro de 2010 - R\$873.831) e é composto por 253.865.915 ações ordinárias e 350.639.107 ações preferenciais, conforme a seguir:

Notas Explicativas

Capital social em 31 de dezembro de 2010	<u>873.831</u>
Aumento de Capital	380.230
Custo com emissões de ações	<u>(21.700)</u>
Capital social em 30 de setembro de 2011	<u>1.232.361</u>

	<u>Quantidade de ações</u>	
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>
Em 31 de dezembro de 2010	<u>234.113.715</u>	<u>232.125.907</u>
Total de ações ex-tesouraria	232.882.479	224.738.491
Total de ações em tesouraria	1.231.236	7.387.416
Aumento de capital – 30/06/2011 (i)	18.500.000	111.000.000
Aumento de capital – 02/08/2011 (i)	1.252.200	7.513.200
Em 30 de setembro de 2011	<u>253.865.915</u>	<u>350.639.107</u>
Total de ações ex-tesouraria	252.543.379	342.703.891
Total de ações em tesouraria	1.322.536	7.935.216

- (i) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de junho foi aprovada a subscrição da totalidade das 18.500.000 ações ordinárias e 111.000.000 ações preferenciais, perfazendo o total de 129.500.000 ações, distribuídas publicamente na forma de 18.500.000 “units”, ao preço de R\$19,25 por “unit” no contexto da Oferta Pública de Ações, conforme aprovado na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 29 de junho de 2011. No dia 5 de julho de 2011 houve a integralização dos recursos provenientes da captação no valor bruto de R\$356.125.

No dia 2 de agosto de 2011, a Companhia aprovou, em reunião do Conselho de Administração a emissão para subscrição pública de 1.252.200 ações ordinárias e 7.513.200 ações preferenciais, distribuídas publicamente na forma de 1.252.200 “units” ao preço de R\$19,25, nos termos da Instrução CVM 400 e ao exercício da Opção de Lote Suplementar. A integralização dos recursos ocorreu no dia 5 de agosto de 2011 no valor bruto de R\$24.105.

O total do custos para a emissão das ações foi de R\$21.699.

b) Capital autorizado

A Companhia, após deliberação do Conselho de Administração ocorrida em 16 de maio de 2011, está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 700.000.000 (setecentos milhões) de ações, mediante a emissão de ações ordinárias ou preferenciais, sem guardar proporção entre estas e aquelas já existentes, respeitado sempre o limite legal de 2/3 (dois terços) para as ações preferenciais.

Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração será competente para deliberar sobre a emissão de ações, debêntures simples ou bônus de subscrição, estabelecendo a forma de subscrição, as condições de integralização e o preço da emissão, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para exercício nas emissões cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública, ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei.

Notas Explicativas

De acordo com plano aprovado pela Assembléia Geral, o Conselho de Administração poderá outorgar opção de compra de ações a administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedade sob seu controle, desde que esta não tenha o condão de possibilitar a alteração do controle da Companhia.

b) Acordo de sócios

Nos termos do Acordo de Acionistas celebrado em 24 de junho de 2009 entre: (i) Advent Educacional Empreendimentos e Participações S.A., ou Advent Educacional; (ii) Fundo de Investimento em Participações – Brasil Gestão e Participação, ou FIP Gestão, e, em conjunto com a Advent Educacional, a Advent; (iii) Citíssimo do Brasil Participações Ltda., ou Citíssimo; (iv) Neiva Participações Ltda., ou Neiva; (v) Samos Participações Ltda., ou Samos; e (vi) Santori Participações Ltda., ou Santori, e, em conjunto com Citíssimo, Neiva e Samos, o Grupo de Acionistas); e ainda, na qualidade de intervenientes-anuentes, (vii) Pitágoras Administração e Participações S.A., ou PAP; (viii) Evando José Neiva, ou Evando; (ix) Henriqueta Martins dos Mares Guia, ou Henriqueta; (x) Júlio Fernando Cabizuca, ou Cabizuca; (xi) Walfrido Silvino dos Mares Guia Neto, ou Walfrido, e, em conjunto com Evando, Henriqueta e Cabizuca, os Controladores Indiretos da PAP); e (xii) Kroton Educacional S.A. (Companhia e, em conjunto com a PAP, as Companhias), o FIP Gestão e a Advent, prevê que determinadas deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dos conselheiros eleitos, e não por maioria dos conselheiros presentes, como é a regra geral constante da Lei das Sociedades por Ações.

c) Ações em tesouraria

A recompra das ações está em conformidade com o artigo 157, § 4º, da Lei nº 6.404/76, as Instruções Normativas da CVM nº 10/80 e nº 390/03 e as demais legislações pertinentes.

	Quantidade de ações	
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>
Em 31 de dezembro de 2010	1.231.236	7.387.416
Aquisição de ações (i)	361.300	2.167.800
Alienação de ações (ii)	<u>(270.000)</u>	<u>(1.620.000)</u>
Em 30 de setembro de 2011	<u>1.322.536</u>	<u>7.935.216</u>

(i) Em 3 de fevereiro de 2011, a EDE adquiriu 361.300 “units”, representadas por 361.300 ações ordinárias e 2.167.800 ações preferenciais, ao custo de R\$4.704.

(ii) Em 4 de janeiro de 2011 foram alienadas 70.000 “units”, compostas por 70.000 ações ordinárias e 420.000 ações preferenciais, no exercício do plano de opções, ao custo de R\$1.407. Na alienação foi reconhecida perda de R\$64, registrada na rubrica reserva de capital – perdas/ganhos de ações;

Em 7 de fevereiro de 2011 foram alienadas 150.000 “units”, compostas por 150.000 ações ordinárias e 900.000 ações preferenciais, no exercício do plano de opções, ao custo de R\$3.014. Na alienação foi reconhecida perda de R\$121, registrada na rubrica reserva de capital – perdas/ganhos de ações;

Notas Explicativas

Em 12 de maio de 2011 foram alienadas 50.000 “units”, compostas por 50.000 ações ordinárias e 300.000 ações preferenciais, no exercício do plano de opções, ao custo de R\$911. Na alienação foi reconhecido ganho de R\$74, registrada na rubrica reserva de capital – perdas/ganhos de ações;

Em 30 de setembro de 2011 a Companhia contava com 1.322.536 “units” em tesouraria, ao valor de custo de R\$24.112 (em 31 de março de 2011 - 1.372.536 “units” ao valor de custo de R\$25.023). Em 30 de setembro, as 1.322.536 “units” ao valor de mercado, representam R\$24.004 (em 31 de dezembro de 2010 - 1.231.236 “units” ao valor de mercado de R\$26.903).

d) Reserva de capital

Em 24 de junho de 2009, o Conselho de Administração definiu que o valor de R\$0,09805 de cada nova ação emitida seria destinado à formação de reserva de capital. Em 2 de setembro de 2009, foi homologado o valor da reserva em R\$21.247. Tal reserva está apresentada no valor de R\$14.585, líquida dos custos provenientes de transação na emissão dessas novas ações, no valor de R\$6.662.

A provisão do valor justo das opções de ações concedidas, conforme plano aprovado em 23 de outubro de 2009, é reconhecido como despesa. A contrapartida é registrada a crédito na rubrica “Reserva de capital - prêmio de opções de ações”, no patrimônio líquido. O montante reconhecido até o período findo em 30 de setembro de 2011 foi de R\$3.163.

Até o período findo em 30 de setembro de 2011, foram exercidas 270.000 “units” do plano de opções ao valor justo de R\$562, em contrapartida à alienação das ações em tesouraria e ao pagamento recebido no exercício da opção, de R\$4.659.

As perdas líquidas pela alienação das ações em tesouraria no período findo em 30 de setembro de 2011 são de R\$111.

e) Reserva legal

Constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

26 PLANO DE REMUNERAÇÃO DE OPÇÃO DE AÇÕES

Conforme o plano de opções de ações da Companhia, aprovado em 23 de outubro de 2009, com o objetivo de reter os executivos da Companhia e obter um alinhamento dos interesses desses executivos aos interesses dos acionistas e da Companhia, são elegíveis para participar do plano os conselheiros independentes, diretores estatutários e executivos seniores da Companhia.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de 5 milhões de ações ordinárias e 30 milhões de ações preferenciais, correspondentes a 5 milhões de “units”, equivalentes a 8,01% do capital social da Companhia na data da aprovação.

O Conselho de Administração ou o Comitê de Recursos Humanos fixou os termos e as condições de cada opção em contrato de outorga de compra de ações, celebrado entre a Companhia e cada beneficiário.

Notas Explicativas

A Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada (“constructive obligation”) de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro.

O preço de exercício será pago pelos beneficiários à Companhia à vista, no ato da aquisição ou da subscrição ou na forma determinada pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê de Recursos Humanos para cada contrato. Os preços definidos nos contratos de outorga, até 30 de setembro de 2011, variam de R\$16,00 a R\$20,42.

As variações na quantidade de opções de compra de ações em aberto e seus correspondentes preços médios ponderados do período estão apresentados a seguir:

	30/09/2010		31/12/2010	
	Preço médio de exercício por ação em R\$	Opções	Preço médio de exercício por ação em R\$	Opções
Saldo Inicial	18,13	2.597.236	17,22	1.000.000
Concedidas (i)	19,20	245.000	18,59	2.380.000
Canceladas (ii)	17,42	(200.000)	18,69	(740.000)
Exercidas (iii)	<u>17,17</u>	<u>(220.000)</u>	<u>16,97</u>	<u>(42.764)</u>
Saldo Final	<u>18,37</u>	<u>2.422.236</u>	<u>18,13</u>	<u>2.597.236</u>

- (i) Em abril de 2011 foram concedidas 220.000 “units” representado por 220.000 ações ordinárias e 1.320.000 ações preferenciais, pelo preço médio de R\$19,05 por “unit”.

Em julho de 2011 foram concedidas 25.000 “units” representado por 25.000 ações ordinárias e 150.000 ações preferenciais, pelo preço médio de R\$20,42 por “unit”.

- (ii) Em agosto de 2011 foram canceladas 200.000 “units” representado por 200.000 ações ordinárias e 1.200.000 ações preferenciais, pelo preço médio de R\$ 17,42 por “unit”.

- (iii) Em fevereiro de 2011, foram exercidas 220.000 “units”, correspondentes a 220.000 ações ordinárias e 1.320.000 ações preferenciais, pelo preço médio de R\$17,17 por “unit”.

O saldo de opções passíveis de outorgas em 30 de setembro de 2011 é de 2.315.000 opções (31 de dezembro de 2010 - 2.360.000 opções).

As opções de compra de ações outorgadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 têm as seguintes datas de vencimento e preços de exercício:

Notas Explicativas

<u>Data de vencimento - no exercício de</u>	Opções			
	<u>Preço médio de exercício por ação em R\$</u>	<u>Quantidade de opções</u>	<u>Valor justo médio da opção em R\$</u>	<u>R\$</u>
2011	18,38	444.000	1,29	674.440
2012	18,53	468.000	2,25	1.230.640
2013	18,49	463.000	3,14	1.705.440
2014	18,46	233.000	3,22	1.008.680
2015	19,13	173.000	4,12	712.000
2016	<u>19,05</u>	<u>44.000</u>	<u>6,86</u>	<u>301.840</u>
	<u>18,54</u>	<u>1.825.000</u>	<u>2,63</u>	<u>5.633.040</u>

O valor justo médio ponderado das opções concedidas durante o período, determinado com base no modelo de avaliação “Black-Scholes”, foi de R\$2,71 por opção. Os dados significativos incluídos no modelo foram o preço médio ponderado da ação de R\$18,37 na data da concessão, o preço de exercício apresentado anteriormente, a volatilidade média utilizada de 35%, a vida média esperada da opção correspondente a 1.562 dias e a taxa de juros média anual sem risco de 6%.

A volatilidade foi mensurada pelo desvio-padrão de retornos de ações continuamente compostos com base na análise estatística dos preços diários das ações, utilizando-se de períodos intercalares históricos que a Administração entende ser o mais apropriado para a mensuração de nossa volatilidade esperada.

O valor justo das opções de ações concedidas é reconhecido como despesa. A contrapartida é registrada a crédito na rubrica “Reserva de capital - outorga de opções de ações”, no patrimônio líquido. O montante reconhecido no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 foi de R\$3.162 (em 30 de setembro de 2010 – R\$2.551) e o montante reconhecido no trimestre findo em 30 de setembro de 2011 foi de R\$693 (em 30 de setembro de 2010 – R\$1.299).

O último contrato de opção tem como data de “vesting” 1º de janeiro de 2016 e poderá ser exercido em até 60 meses após essa data.

27 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Administração da Companhia utiliza dois segmentos operacionais e gastos corporativos, que não são alocados aos segmentos, para analisar e tomar suas decisões estratégicas, e estes são revisados pelo Conselho de Administração da Companhia. O Conselho de Administração analisa e aprova os dados, segmentando-os pelos produtos oferecidos na área de educação, que são a educação básica e educação superior.

27.1. Informações sobre o lucro líquido (prejuízo), ativos e passivos por segmento reportável

As informações por segmento de negócios, revisadas pelo Conselho de Administração, correspondentes ao período findo em 30 de setembro de 2011 e 2010, são as seguintes:

Notas Explicativas

Período findo em 30/09/2011

	<u>Ensino superior</u>	<u>Educação básica</u>	<u>Parcela não alocada</u>	<u>Total</u>
Receita líquida	424.407	112.951	-	537.358
Custo das vendas e dos serviços	<u>(299.310)</u>	<u>(55.382)</u>	-	<u>(354.692)</u>
Lucro Bruto	125.097	57.569	-	182.666
Despesas operacionais				
Despesas com vendas	(44.423)	(5.248)	-	(49.671)
Despesas gerais e administrativas	(81.804)	(9.089)	-	(90.893)
Outras receitas, líquidas	-	-	<u>1.226</u>	<u>1.226</u>
Lucro (prejuízo) operacional e antes do resultado financeiro	<u>(1.130)</u>	<u>43.232</u>	<u>1.226</u>	<u>43.328</u>
Ativos	966.266	192.767	318.477	1.477.510
Passivos circulante e não circulante	202.675	34.526	14.393	251.594

Trimestre findo em 30/09/2011

	<u>Ensino superior</u>	<u>Educação básica</u>	<u>Parcela não alocada</u>	<u>Total</u>
Receita líquida	147.496	32.533	-	180.029
Custo das vendas e dos serviços	<u>(104.125)</u>	<u>(15.427)</u>	-	<u>(119.552)</u>
Lucro Bruto	43.371	17.106	-	60.477
Despesas operacionais				
Despesas com vendas	(16.386)	(1.578)	-	(17.964)
Despesas gerais e administrativas	(30.893)	(3.432)	-	(34.325)
Outras receitas, líquidas	-	-	<u>4.547</u>	<u>4.547</u>
Lucro (prejuízo) operacional e antes do resultado financeiro	(3.908)	12.096	4.547	12.735
Ativos	966.266	192.767	318.477	1.477.510
Passivos circulante e não circulante	202.675	34.526	14.393	251.594

Notas Explicativas

Período findo em 30/09/2010

	Ensino <u>superior</u>	Educação <u>básica</u>	Parcela não <u>alocada</u>	<u>Total</u>
Receita líquida	349.666	100.937	-	450.603
Custo das vendas e dos serviços	<u>(275.051)</u>	<u>(41.128)</u>	-	<u>(316.179)</u>
Lucro Bruto	74.615	59.809	-	134.424
Despesas operacionais				
Despesas com vendas	(51.738)	(4.970)	-	(56.708)
Despesas gerais e administrativas	(83.748)	(9.305)	-	(93.053)
Outras despesas, líquidas	-	-	<u>(2.926)</u>	<u>(2.926)</u>
Lucro (prejuízo) operacional e antes do resultado financeiro	<u>(60.871)</u>	<u>45.534</u>	<u>(2.926)</u>	<u>(18.263)</u>
Ativos	909.514	105.780	63.867	1.079.161
Passivos circulante e não circulante	214.393	11.989	25.696	252.078

Trimestre findo em 30/09/2010

	Ensino <u>superior</u>	Educação <u>básica</u>	Parcela não <u>alocada</u>	<u>Total</u>
Receita líquida	130.783	22.786	-	153.569
Custo das vendas e dos serviços	<u>(101.581)</u>	<u>(14.238)</u>	-	<u>(115.819)</u>
Lucro Bruto	29.202	8.548	-	37.750
Despesas operacionais				
Despesas com vendas	(17.053)	(465)	-	(17.518)
Despesas gerais e administrativas	(27.172)	(3.019)	-	(30.191)
Outras despesas, líquidas	-	-	<u>(859)</u>	<u>(859)</u>
Lucro (prejuízo) operacional e antes do resultado financeiro	<u>(15.023)</u>	<u>5.064</u>	<u>(859)</u>	<u>(10.818)</u>
Ativos	909.514	105.780	63.867	1.079.161
Passivos circulante e não circulante	214.393	11.989	25.696	252.078

As informações por segmento de negócios, revisadas pelo Conselho de Administração, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, são as seguintes:

	<u>Educação superior</u>	<u>Educação básica</u>	<u>Parcela não alocada</u>	<u>Total</u>
Ativos	911.143	119.736	63.907	1.094.786
Passivos circulante e não circulante	202.260	18.210	58.140	278.610

Notas Explicativas

As vendas entre os segmentos foram realizadas como vendas entre partes independentes. A receita de partes externas informadas foi mensurada de maneira condizente com aquela apresentada nas demonstrações do resultado.

a) Conciliação da receita de vendas e serviços

	Período findo em <u>30/09/2011</u>	Trimestre findo em <u>30/09/2011</u>	Período findo em <u>30/09/2010</u>	Trimestre findo em <u>30/09/2010</u>
Análise de receita por categoria				
Receita bruta de vendas	89.982	24.620	80.646	15.140
Receita bruta de serviços	543.205	188.661	449.577	165.856
Deduções da receita bruta, principalmente bolsas ProUni e impostos sobre vendas	(95.829)	(33.252)	(79.620)	(27.427)
Receita líquida de vendas	85.568	21.442	75.842	14.087
Receita líquida de serviços	<u>451.790</u>	<u>158.587</u>	<u>374.761</u>	<u>139.482</u>
	<u>537.358</u>	<u>180.029</u>	<u>450.603</u>	<u>153.569</u>

28 COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS LÍQUIDAS – CONSOLIDADA

	Período findo em <u>30/09/2011</u>	Trimestre findo em <u>30/09/2011</u>	Período findo em <u>30/09/2010</u>	Trimestre findo em <u>30/09/2010</u>
Receita bruta:				
Educação básica	117.365	34.321	107.789	24.600
Ensino superior	<u>515.822</u>	<u>178.960</u>	<u>422.434</u>	<u>156.396</u>
	633.187	213.281	530.223	180.996
Deduções da receita bruta:				
Educação básica	(4.414)	(1.788)	(6.852)	(1.814)
Ensino superior	<u>(91.415)</u>	<u>(31.464)</u>	<u>(72.768)</u>	<u>(25.613)</u>
	(95.829)	(33.252)	(79.620)	(27.427)
Receita líquida:				
Educação básica	112.951	32.533	100.937	22.786
Ensino superior	<u>424.407</u>	<u>147.496</u>	<u>349.666</u>	<u>130.783</u>
	<u>537.358</u>	<u>180.029</u>	<u>450.603</u>	<u>153.569</u>

Notas Explicativas

29 DESPESAS POR NATUREZA – CONSOLIDADA

	Período findo em <u>30/09/2011</u>	Trimestre findo em <u>30/09/2011</u>	Período findo em <u>30/09/2010</u>	Trimestre findo em <u>30/09/2010</u>
Salários e encargos sociais	(267.851)	(93.992)	(240.188)	(87.967)
Aluguel e condomínio	(43.826)	(15.245)	(40.422)	(17.919)
Depreciação e amortização	(31.164)	(10.631)	(23.416)	(8.433)
Serviços (água, luz e telefone)	(27.084)	(10.212)	(20.672)	(7.624)
Serviços de terceiros	(25.209)	(9.165)	(43.455)	(10.116)
PCLD	(22.310)	(7.667)	(22.846)	(7.366)
Custo dos produtos vendidos	(17.719)	(3.266)	(18.150)	(5.031)
Publicidade e propaganda	(15.912)	(6.614)	(17.807)	(6.274)
Viagens	(7.304)	(2.878)	(10.578)	(3.461)
Taxas e contribuições	(4.209)	(1.756)	(3.131)	(1.317)
Outros custos e despesas	<u>(31.442)</u>	<u>(5.868)</u>	<u>(28.201)</u>	<u>(8.879)</u>
	<u>(494.030)</u>	<u>(167.294)</u>	<u>(468.866)</u>	<u>(164.387)</u>
Custo das vendas e serviços	(354.692)	(119.552)	(316.179)	(115.819)
Despesas com vendas	(49.671)	(17.964)	(56.708)	(17.518)
Despesas gerais e administrativas	(90.893)	(34.325)	(93.053)	(30.191)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>1.226</u>	<u>4.547</u>	<u>(2.926)</u>	<u>(859)</u>
	<u>(494.030)</u>	<u>(167.294)</u>	<u>(468.866)</u>	<u>(164.387)</u>

Notas Explicativas**30 RESULTADO FINANCEIRO – CONSOLIDADO**

As receitas (despesas) financeiras podem ser assim sumariadas:

	<u>Período findo em 30/09/2011</u>	<u>Trimestre findo em 30/09/2011</u>	<u>Período findo em 30/09/2010</u>	<u>Trimestre findo em 30/09/2010</u>
Receitas financeiras				
Juros sobre mensalidades	11.709	5.121	8.638	4.655
Rendimentos sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	7.596	7.167	8.848	455
Descontos obtidos	885	67	1.148	503
Redução de encargos parcelamento fiscal	454	-	241	187
Outras	<u>729</u>	<u>575</u>	<u>2.526</u>	<u>1.545</u>
	21.373	12.930	21.401	7.345
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(6.819)	(797)	(4.870)	(248)
Juros e mora fiscal	(3.306)	(613)	(1.876)	(1.122)
Atualização de obrigações por aquisições de controladas	(1.009)	(515)	(958)	(101)
Tarifas bancárias e de cobrança	(1.932)	(1.041)	(891)	(352)
Juros e mora comercial	(730)	(223)	(562)	(216)
IOF	(529)	(122)	(149)	(99)
Outras	<u>(978)</u>	<u>(773)</u>	<u>(4.378)</u>	<u>(2.530)</u>
	(15.303)	(4.084)	(13.684)	(4.668)
Resultado financeiro	<u>6.070</u>	<u>8.846</u>	<u>7.717</u>	<u>2.677</u>

31 LUCRO POR AÇÃO

a) Básico

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de “units” emitidas durante o período.

	<u>Período findo em 30/09/2011</u>	<u>Trimestre findo em 30/09/2011</u>	<u>Período findo em 30/09/2010</u>	<u>Trimestre findo em 30/09/2010</u>
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	44.653	20.652	(17.527)	(10.296)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (em milhares)	<u>376.332</u>	<u>376.332</u>	<u>234.051</u>	<u>234.051</u>
Lucro básico por ação ordinária	0,12	0,05	(0,07)	(0,04)

Notas Explicativas

	<u>Período findo em 30/09/2011</u>	<u>Trimestre findo em 30/09/2011</u>	<u>Período findo em 30/09/2010</u>	<u>Trimestre findo em 30/09/2010</u>
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	44.653	20.652	(17.527)	(10.296)
Quantidade média ponderada de ações preferenciais emitidas (em milhares)	<u>416.642</u>	<u>416.642</u>	<u>205.978</u>	<u>205.978</u>
Lucro básico por ação preferencial	0,11	0,05	(0,09)	(0,05)

	<u>Período findo em 30/09/2011</u>	<u>Trimestre findo em 30/09/2011</u>	<u>Período findo em 30/09/2010</u>	<u>Trimestre findo em 30/09/2010</u>
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	44.653	20.652	(17.527)	(10.296)
Quantidade média ponderada de “units” emitidas (em milhares)	<u>113.282</u>	<u>113.282</u>	<u>62.861</u>	<u>62.861</u>
Lucro básico por “unit”	0,39	0,18	(0,28)	(0,16)

b) Diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações, e as opções de compra de ações que foram concedidas não foram presumidas como sendo exercidas, pois eram antidiluíveis; o preço de exercício delas era superior ao preço médio de mercado. Dessa forma, não apresenta “units” potenciais, para fins de diluição.

32 COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Aquisição da União

Em 14 de julho de 2011, a Companhia, por meio de sua controlada EDE, adquiriu a totalidade do capital social da União por R\$7.850, sendo o valor de R\$4.710 pago à vista e o valor de R\$3.140 será pago à prazo em 5 parcelas anuais iguais e corrigidas, sendo a primeira 1 ano após a data da aquisição.

O ágio de R\$8.550, gerado pela diferença do valor pago e o patrimônio da adquirida, ainda não teve avaliação e alocação conforme orientação do CPC 15 – Combinação de negócios. O fluxo de caixa da aquisição foi conforme segue:

Notas Explicativas

	<u>Saldos em 01/07/2011</u>
Total do ativo	1.205
Total do passivo	<u>(1.905)</u>
Passivo a descoberto adquirido	(700)
Ágio gerado na operação (sem a emissão de “units”)	<u>8.550</u>
Custo total da aquisição	(7.850)
Caixa e equivalentes de caixa da controlada adquirida	<u>13</u>
Fluxo de caixa da aquisição menos caixa da controlada adquirida	<u>(7.837)</u>

O balanço patrimonial em 01 de julho de 2011 foi considerado como o balanço de abertura, como segue:

	<u>Valor justo na aquisição</u>
Ativos (passivos) líquidos adquiridos	(700)
Caixa e equivalentes de caixa	13
Contas a receber de clientes	307
Adiantamentos	107
Imobilizado	684
Software	23
Outros ativos	70
Fornecedores	(123)
Empréstimos e financiamentos	(98)
Salários e encargos	(1.238)
Obrigações tributárias	(66)
Contingências	(379)

Considerando que as informações anteriormente mencionadas se referem a uma estimativa preliminar do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, podem ocorrer alterações em relação ao cálculo final.

A receita líquida incluída na demonstração consolidada do resultado desde do trimestre findo em 30 de setembro de 2011 foi de R\$1.891 e o lucro líquido foi de R\$248.

Aquisição da Ceama

Em 18 de julho de 2011, a Companhia, por meio de sua controlada EDE, adquiriu a totalidade do capital social da Ceama por R\$28.405, sendo o valor de R\$14.203 pagos à vista e 3 parcelas anuais que serão corrigidas de R\$4.734, sendo a primeira 1 ano após a data da aquisição.

O ágio de R\$41.837, gerado pela diferença do valor pago e o patrimônio da adquirida, ainda não teve avaliação e alocação conforme orientação do CPC 15 – Combinação de negócios. O fluxo de caixa da aquisição foi conforme segue:

Notas Explicativas

	<u>Saldos em 01/07/2011</u>
Total do ativo	22.440
Total do passivo	<u>(35.422)</u>
Passivo a descoberto adquirido	(12.982)
Ágio gerado na operação (sem a emissão de “units”)	<u>41.837</u>
Custo total da aquisição	(28.405)
Caixa e equivalentes de caixa da controlada adquirida	<u>32</u>
Fluxo de caixa da aquisição menos caixa da controlada adquirida	<u>(28.373)</u>

O balanço patrimonial em 01 de julho de 2011 foi considerado como o balanço de abertura, como segue:

	<u>Valor justo na aquisição</u>
Ativos (passivos) líquidos adquiridos	(12.982)
Caixa e equivalentes de caixa	32
Contas a receber de clientes	1.536
Imobilizado	20.872
Fornecedores	(1.526)
Empréstimos e financiamentos	(2.936)
Salários e encargos	(2.197)
Obrigações tributárias	(541)
Parcelamento de tributos	(12.551)
Contingências	(15.671)

Considerando que as informações anteriormente mencionadas se referem a uma estimativa preliminar do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, podem ocorrer alterações em relação ao cálculo final.

A receita líquida incluída na demonstração consolidada do resultado do trimestre findo em 30 de setembro de 2011 foi de R\$3.152 e o prejuízo líquido foi de R\$264.

33 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações da Companhia e de suas controladas com partes relacionadas são os seguintes:

Notas Explicativas

a) Crédito e débito com partes relacionadas (controlada)

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital (i)	324.557	-
Reembolso de despesas (ii)	-	8.624

(i) Refere-se ao aporte de recursos da Companhia em sua controlada direta, a Ede, com objetivo de aumento de capital.

(ii) Refere-se aos custos provenientes de transações na emissão de novas ações da Controladora e outras despesas incorridas na Controladora. O caixa para pagamento das despesas foi proveniente da controlada EDE, e para a transação entre as partes foi constituída um mútuo, sendo o passivo a Controladora, e ativo, a controlada EDE. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, a Companhia efetuou o pagamento de todo o saldo em aberto à controlada EDE.

A Companhia não possui benefícios de rescisão de contrato de trabalho; de curto prazo a empregados e administradores, pós-emprego; e outros benefícios de longo prazo.

b) Demais transações com partes relacionadas

As empresas PSES e SPES utilizam imóveis alugados da empresa CNG Patrimonial Ltda. Em 30 de setembro de 2011 há um saldo a incorrer de R\$14.334.

As empresas IUNI, Unic Tangara do Sul, Unic Primavera Nova, Unic Sinop, Unime Lauro de Freitas e Unic Varzea Grande utilizam imóveis alugados da Vertia Empreendimentos Imobiliários Ltda. Esses valores estão registrados no resultado, na rubrica "Custos dos serviços prestados". Em 30 de setembro de 2011 há um saldo a incorrer de R\$137.195.

A IUNI possui contrato de cessão de uso do Hospital Geral Universitário ("HGU") de Cuiabá-MT, destinado à operação universitária, com valor mensal de R\$277. Em 30 de setembro de 2011 há um saldo a incorrer de R\$29.085 e não há saldo em aberto.

A EDE possui contrato de venda de material didático com a Fundação Pitágoras. O valor das vendas no trimestre findo em 30 de setembro de 2011 foi de R\$3.970 (em 30 de setembro de 2010 - R\$330). O saldo de contas a receber em 2011 é de R\$7.274 (31 de dezembro de 2010 - R\$6.262).

A EDE possui contrato de financiamento com o banco BDMG, cujo saldo em aberto em 30 de setembro de 2011 é de R\$8.647 cujos fiadores são acionistas controladores da Companhia.

c) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, o presidente, o vice-presidente e os diretores estatutários.

A remuneração total prevista para o exercício social de 2011 é de R\$ 15.000. A remuneração incorrida até o período findo de 30 de setembro de 2011 ao pessoal-chave da Administração está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

	Período findo em <u>30/09/2011</u>	Trimestre findo em <u>30/09/2011</u>	Período findo em <u>30/09/2010</u>	Trimestre findo em <u>30/09/2010</u>
Salários	2.480	746	2.542	2.542
Remuneração variável (*)	1.956	764	560	560
Plano de remuneração em ações - opção de compra de ações	<u>2.737</u>	<u>268</u>	<u>1.252</u>	<u>1.252</u>
	<u>7.173</u>	<u>1.778</u>	<u>4.354</u>	<u>4.354</u>

(*) Remuneração variável definida em contrato com diretores estatutários

34 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – CONSOLIDADO**a) Caixa e equivalentes de caixa**

A composição do caixa e equivalentes de caixa incluídos nas informações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº7.

35 COBERTURA DE SEGUROS – CONSOLIDADO

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas pelo montante a seguir indicado, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia possuía apólices de seguro com indenização máxima única prevista em R\$ 123.704 (em 30 de setembro de 2010 – R\$ 105.878), em que estão cobertos danos elétricos, tumultos, quebra de vidros, equipamentos eletrônicos, incêndio, roubos, queda de raios, explosões, vendaval, impacto de veículos e queda de aeronaves.

36 EVENTOS SUBSEQUENTES**a) Aquisição da FAIS**

A Companhia, por meio de sua controlada, Editora e Distribuidora Educacional S.A. (EDE), concluiu, em 3 de novembro de 2011 a aquisição da totalidade das quotas de emissão da União Sorrisense de Educação Ltda. (USE), sociedade mantenedora da Faculdade de Sorriso (FAIS), que tem operação no Município de Sorriso, no Estado do Mato Grosso.

Em decorrência da aquisição, a EDE pagará aos vendedores um preço de R\$5.424 (preço) resultado do valor atribuído ao negócio de R\$ 7.000 (valor do negócio), deduzido da dívida líquida da USE no valor de R\$1.576 (dívida líquida).

No dia 4 de novembro de 2011 foram pagos 80% do preço e o restante será pago aos vendedores ao

Notas Explicativas

longo de 60 meses a partir da data do fechamento, estando sujeito, ainda, a eventuais ajustes, retenções e compensações decorrentes de passivos da USE que sejam de responsabilidade dos vendedores, nos termos do contrato. A USE conta com 1.302 alunos e 1.400 vagas anuais.

37 APROVAÇÃO PARA EMISSÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

As informações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida em 9 de novembro de 2011.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da
Kroton Educacional S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Kroton Educacional S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - IT, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado para o trimestre e período de nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 9 de novembro de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2 S/MG